

Veículo: Site A Tarde	
Data: 10/09/2020	Caderno: Notícias

A TARDE

Qui, 10/09/2020 às 15:06 | Atualizado em: 10/09/2020 às 15:08

Rui Costa defende reforma tributária com fundo de desenvolvimento

Agência Brasil



Governadores defenderam nesta quinta-feira, 10, a criação de dois fundos com recursos vindos da União na reforma tributária, que está em tramitação no Congresso Nacional. A ideia é compensar perdas dos estados com as mudanças na tributação e reduzir desigualdades regionais.

Em evento virtual, o governador da Bahia, Rui Costa, disse que a continuidade da redução da pobreza, com atração de mais investimentos para as regiões mais pobres, depende da criação do Fundo de Desenvolvimento Regional.

“Não superaremos essa desigualdade regional se não tivermos muito claro a questão da existência do fundo regional de desenvolvimento e que de fato não vire um fundo que a gente saiba que existe, mas nunca consiga tocá-lo”, afirmou, na live “A reforma tributária e os estados”, organizada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, argumentou que o fundo de desenvolvimento regional é necessário para ajudar os estados a atrair investimentos. “Se a proposta [de reforma tributária] leva toda a cobrança para o destino, tiro dos governos a capacidade de usar incentivos. Nem todos os estados têm a capacidade de atrair investimentos”, disse.

Casagrande acrescentou que os estados precisam de compensação por perdas de arrecadação, com a criação do Fundo de Compensação das Exportações. “Meu estado perderá mais de R\$ 1 bilhão por ano se a gente levar toda a cobrança do tributo para o destino. É preciso que haja uma compensação”, disse.

Para o governador do Espírito Santo, uma das premissas da reforma precisa ser que não haja perdas de receitas. “Eu não posso apoiar a reforma tributária que retire recursos do estado que eu governo. A outra premissa é que não aumente a carga tributária para o cidadão”, disse.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, questionou se a criação de um fundo de compensação não se tornaria como a Lei Kandir, que previu a isenção do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre alguns produtos destinados à exportação, com compensação aos estados pela União. A falta de regulamentação da Lei Kandir levou a uma disputa judicial, que durou 24 anos. “Será que vai ser outro fundo Lei Kandir? Qual é a garantia que eu vou ter?”, questionou.

Apesar dos argumentos dos governadores, o ministro da Economia, Paulo Guedes, tem dito que a União não tem recursos para criar os fundos.

Descentralização

No evento, Rui Costa também defendeu a descentralização dos recursos. “A tributação no Brasil é absolutamente concentrada no ente federal, que arrecada quase 70% de todos os tributos. E ao longo dos anos se transferiu tudo que faz de social, de infraestrutura para os entes federados. Iremos descentralizados e dar autonomia para estados e municípios?”, questionou.

O governador da Bahia criticou ainda a concentração da tributação atualmente sobre o consumo e não sobre a renda, herança e patrimônio. “A carga tributária é regressiva, é Robin Hood ao contrário - tiramos dos pobres para dar os ricos”, disse.

Veículo: Bahia Econômica	Economia
Data: 10/09/20	



RUI DIZ QUE GOVERNO REDUZIU R\$ 6 BILHÕES EM CUSTEIO NO PERÍODO DE 5 ANOS, DIZ RUI



admin 10 Setembro, 2020

Durante um debate sobre a reforma tributária, que aconteceu hoje, (10), o governador Rui Costa (PT) afirmou que sua administração já reduziu R\$ 6 bilhões em custeio durante um período de cinco anos. Segundo o petista, o governo da Bahia tem feito um “grande esforço” para reduzir o custeio, o que, segundo ele, “não tem sido fácil”. “Nós temos feito um esforço para reduzir o custeio, reduzimos R\$ 6 bilhões em custeio, mas é preciso enxergar os fundos da União. Esses fundos poderiam servir de fundo garantidor para que se alavanquem projetos de infraestrutura”, disse Rui.

Foto: Matheus Morais/bahia.ba

Veículo: Bahia Econômica	Economia
Data: 10/09/20	



GOVERNADORES PEDEM FUNDOS PARA COMPENSAR REFORMA TRIBUTÁRIA



admin 10 Setembro, 2020

Governadores defenderam nesta quinta-feira (10) a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Compensação das Exportações na reforma tributária, em tramitação no Congresso Nacional. O pleito, defendido pelo gestor baiano, Rui Costa, foi apresentado na live A Reforma Tributária e os Estados, organizada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Segundo os gestores, as mudanças tributárias vão gerar perdas aos estados. Rui Costa argumentou que “não superaremos essa desigualdade regional se não tivermos muito claro a questão da existência do fundo regional de desenvolvimento e que de fato não vire um fundo que a gente saiba que existe, mas nunca consiga tocá-lo”, defendeu. O governador baiano lembrou que cerca de 70% dos tributos arrecadados são destinados à União, e os 30% restantes a estados e municípios, que se responsabilizam por investimentos em infraestrutura, saúde e educação.

Para Rui, qualquer reforma que não respeite o pacto federativo e que não garanta a diminuição das desigualdades regionais dificilmente conseguirá ser aprovada. “Boa parte dos fundos regionais estão ‘entesourados’. Qualquer empresa, para se instalar e ter acesso a esses recursos, demora no mínimo um ano, enfrenta burocracia.”

Foto: Camila Souza/GOVBA

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 11/09/2020	Página: A2

A TARDE

Vendas crescem 2,5% depois de seis meses

Cair seis, levantar sete. O adágio popular de incentivo aos provisoriamente vencidos aplica-se ao comércio varejista baiano, depois de ter quase sido levado pela pandemia ao nocaute, situação do boxe na qual admite-se a derrota antes do último assalto.

Após seis meses de quedas seguidas, ergue-se novamente esta importante atividade econômica, ainda com um crescimento tímido de 2,5%, mas já uma voz de alento, na comparação com o julho de 2019.

A boa notícia, divulgada pela Federação do Comércio (Fecomércio), com base nos dados da Pesquisa Mensal do Comércio, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, aponta um faturamento acima de R\$ 8 bilhões.

O número representa acréscimo de R\$ 200 milhões em relação ao mesmo mês do ano passado. A necessidade de isolamento, criando o hábito de ficar em casa, pode explicar a liderança dos eletrodomésticos e eletrônicos, entre os oito setores pesquisados.

REABERTURA – A reabertura gradual do comércio, aliada aos recursos do auxílio emergencial de R\$ 600, ajudou na melhoria do desempenho do comércio, com destaque também para informática, limpeza e cozinha.

– O fato de as pessoas estarem trabalhando mais em casa gerou aumento nas vendas do setor de móveis e decoração de 36,3% no contraponto anual – informa o consultor econômico da Federação, Guilherme Dietze.

Os setores invictos do comércio, durante a pandemia, seguem sendo supermercados e farmácias, com expansão nas vendas de 13% e 7,3%, respectivamente. Já as vendas de carros e motos livraram-se da demanda reprimida e subiram 31,1% em julho.

A TARDE

COVID-19 A previsão é que o estado produza 50 milhões de doses da Sputnik V para distribuir por todo o Brasil

BAHIA FECHA PARCERIA COM A RÚSSIA PARA PRODUZIR VACINA

MAIARA LOPES

O governo da Rússia afirmou ontem que fechou acordo com o governo do estado da Bahia para produzir 50 milhões de doses da vacina contra o novo coronavírus produzida pelo país. A previsão é que cerca de 15 milhões sejam distribuídas no estado ainda este ano, a partir de novembro.

O acordo firma que a Bahia será responsável por fornecer a vacina, intitulada de *Sputnik V*, para todo o país. Fábio-Vilas Boas, secretário estadual da Saúde, já havia dito que a Bahiafarma ficaria responsável por produzir e comercializar o imunizan-

te nacionalmente.

Representantes do Instituto Gamaleia, da Rússia, que desenvolve a vacina, concederam uma entrevista coletiva no início da tarde e reafirmaram que pretendem ter o resultado da última fase de testes até o mês que vem.

Teste clínico

Caso haja aprovação de todos os envolvidos no processo, o governo pretende iniciar o estudo na Bahia em outubro, mas ainda depende da liberação da Agência Nacional de Vigilância Sani-



A Bahia é o 2º estado brasileiro a firmar um acordo com a Rússia

tária (Anvisa). A intenção é fazer o teste clínico em 500 participantes.

A Bahia é o segundo estado brasileiro a firmar um acordo com a Rússia para a produção da vacina, inicialmente criticada como prematura por pesquisadores de outros países. O primeiro

foi o Paraná. Um anúncio oficial sobre o acordo será feito hoje.

Durante a inauguração de uma Unidade Básica de Saúde no bairro de Pirajá, o governador Rui Costa comemorou a parceria. "Avançamos agora com um protocolo mais formal e devemos

estar recebendo em breve o lote de 500 doses, que vamos aplicar para participar da linha de pesquisa dessa vacina russa. Felizmente os primeiros testes feitos em instituições na Europa apresentaram resultados positivos", disse.

Vale lembrar que a Rússia

foi o primeiro país a registrar uma vacina contra o coronavírus e declarou-la para uso em larga escala. O primeiro lote foi liberado no mês passado para ser aplicado na população do país. A revista internacional *The Lancet*, uma das mais importantes do mundo, afirma

que o imunizante não produz efeitos colaterais e criou uma resposta satisfatória nos voluntários testados.

Na Bahia, há casos confirmados da Covid-19 em mais de 400 municípios e mais de cinco mil pessoas já perderam a vida para a doença.

Russian Direct Investment Fund / AFP

Fernando Vivas / Gov BA / 11.4.2020



"Felizmente os primeiros testes na

Europa apresentaram resultados positivos"

RUI COSTA, governador

A TARDE

COVID-19 Carne, feijão e arroz tiveram um aumento médio de 33,7% este ano

PREÇOS DOS ALIMENTOS DISPARARAM DURANTE A PANDEMIA

DA REDAÇÃO

Levantamento feito pela Fecomércio-BA com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do IBGE para a Salvador e região metropolitana, concluiu que carne, feijão e arroz tiveram um aumento médio de preço de 33,7% no acumulado de 12 meses até agosto deste ano.

Dentre os três produtos, o preço da carne disparou em média 35,2%, com cortes como músculo subindo 48,1% e o fígado, 46,3%. Já o feijão-carioca teve aumento médio de 28,3% e o arroz de 26,2%.

"Alguns fatores explicam esses aumentos mais acentuados de preço. Primeiro ponto é que a reabertura da economia e o auxílio emergencial motivaram um aumento da demanda por produtos básicos e, por consequência, isso pressiona os preços nas gôndolas", explica o consultor econômico da Fecomércio-BA, Guilherme Dietze.

"Outro ponto é o dólar

mais caro. Alguns produtores, como o caso de carnes, optam por destinar parte da produção ao exterior e, consequentemente, reduzem a oferta interna pressionando mais os preços", acrescenta o economista. Além disso, explica, a desvalorização do real também faz com que as importações de produtos finais e insumos para produ-

ção fiquem mais caros e há o repasse ao consumidor.

Estes fatores contribuíram para que o grupo de alimentos e bebidas registrasse forte elevação de 11,4%. O grupo tem um peso de 22% no índice geral, sendo o mais relevante. Mesmo a queda nos preços de alguns produtos, como repolho (-18,7%), cenoura (-16,2%), batata-inglesa (-8,1%) e cebola (-7,2%), não foi suficiente para amenizar o aumento geral.

Impactos

Um ponto positivo é que, em agosto, este grupo registrou recuo médio de -0,19%. "Ainda é pouco para o crescimento nos últimos 12 meses,



A carne registrou a maior alta, de 35,2%, no acumulado do ano até agosto

mas tende a ser um sinal que alguns impactos devem ser pontuais e que não há um aumento desenfreado para um alarde geral e ida aos supermercados", aponta

"O aumento da demanda pressiona os preços nas gôndolas"

GUILHERME DIETZE, da Fecomércio

Dietze.

No geral, a inflação na RMS se mostra mais equilibrada, com alta em agosto de 1,3% e acúmulo de 3,22% em 12 meses. Porém influenciado pela baixa demanda de itens não essenciais, como é o caso do grupo vestuário que teve preço médio retraído em 6,77%, e de artigos para residência (-2%). O grupo de transportes registrou queda média nos preços de 2,5%, devido a redução nos preços dos combustíveis (-3,7%).

"Em resumo, o aumento de preços de alimentos e bebidas corresponde a um

quinto do orçamento doméstico, bem acima da inflação geral e influencia na perda de poder de compra das famílias. Ou seja, para a manutenção da mesma cesta de produto que se consumia há um ano, as famílias estão tendo que tirar de áreas tão importantes como habitação, saúde, transportes. Algumas famílias que não conseguem reduzir consumo em nenhum grupo, vão para o limite, pegam crédito e ficam inadimplentes. Fato este que as pesquisas da Fecomércio-BA vêm mostrando ao longo dos últimos meses", concluiu Dietze.

A TARDE

Felipe Iruatá / Ag. A TARDE / 5.8.2020

Comércio tem o melhor mês de junho desde 2000

VITOR ABDALA

Agência Brasil, Rio de Janeiro

O volume de vendas do comércio varejista teve alta de 5,2% na passagem de junho para julho deste ano, segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa é a terceira alta consecutiva do indicador, que cresceu 8,5% em junho e 13,3% em maio, e o melhor resultado para o mês, desde o início da série histórica, em 2000.

Segundo o IBGE, depois das quedas de 2,4% em março e de 16,6% em abril, devido à pandemia de Covid-19, os três resultados positivos (maio, junho e julho) conseguiram recuperar as perdas com o isolamento social provocado pela doença. O volume de vendas também teve altas de 8,7% na média móvel trimestral, de 5,5% na comparação com julho de 2019 e de 0,2% no acumulado de 12 meses. No

acumulado do ano, no entanto, ainda apresenta queda (-1,8%).

Em julho, houve alta no volume de vendas em sete das oito atividades pesquisadas: livros, jornais, revistas e papelaria (26,1%), tecidos, vestuário e calçados (25,2%), equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (11,4%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (7,1%), combustíveis e lubrificantes (6,2%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (5,0%) e móveis e eletrodomésticos (4,5%).

O setor de supermercados, alimentos, bebidas e fumo manteve-se estável em relação ao mês anterior.

O varejo ampliado, que inclui também os segmentos de materiais de construção e de veículos e peças, cresceu, 7,2% na passagem de junho para julho. O setor de veículos, motos, partes e peças teve alta de 13,2%, enquanto material de construção



Vendas crescem pelo 3º mês, mas varejo soma perdas

avançou 6,7%.

"Como o indicador despencou de fevereiro até abril, a base ficou muito baixa e essa recuperação vem trazendo todos os indicadores para os níveis pré-pandemia. Alguns setores estão bem acima dos níveis de fevereiro, como móveis e eletrodomésticos (16,9% aci-

ma), hiper e supermercados (8,9%) e artigos farmacêuticos (7,3%), além dos materiais de construção (13,9%), no varejo ampliado", afirma o gerente da pesquisa, Cristiano Santos. O varejo ampliado também teve alta de 11,2% na média móvel trimestral e de 1,6% na relação com julho de 2019.

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

 jairo.junior@redabahia.com.br

 @satelite

●● Precisamos acelerar a implantação de uma reforma tributária ampla, justa e que estimule o crescimento da economia. Debateremos com a indústria e ela apoia a urgência da reforma sem privilégio a nenhum setor
João Roma

Deputado federal pelo Republicanos da Bahia

Casa de ferreiro

Um dos três presos pela Operação Inventário, deflagrada ontem pelo Ministério Público da Bahia (MP), o advogado Marco Aurélio Fortuna Dórea é integrante destacado da Corregedoria-Geral do Estado, órgão da Secretaria de Administração (Saeb) responsável justamente por apurar irregularidades envolvendo servidores e contratos do governo. Especialista em políticas públicas e gestão governamental da Saeb, Dórea comandou dezenas de sindicâncias e processos administrativos disciplinares na última década. Entre os quais, as investigações internas sobre a chamada "farra das diárias no Detran", que provocou prejuízo aos cofres públicos de pelo menos R\$ 10 milhões entre 2016 e 2018, segundo revelou a Satélite em 13 de agosto do ano passado.

BALÃO DE OXIGÊNIO

Desde o início do ano, Marco Dórea vinha sendo frequentemente escalado pela Corregedoria da Saeb para presidir ou integrar sindicâncias voltadas a apurar supostas irregularidades em grandes contratos firmados pelo governo do estado.

Mão dupla

Encabeçada pelo Grupo de Apoio Especial de Combate às Organizações Criminosas do MP (Gaeco), a Operação Inventário surgiu a partir de descobertas feitas pela Faroeste sobre advogados ligados ao esquema de venda de sentenças no Tribunal de Justiça da Bahia (TJ). Em 16 de junho, a coluna antecipou que escritórios de advocacia de Salvador entraram na mira da Faroeste e seriam alvos de desdobramentos da investigação.

Dedo no gatilho

Investigadores que atuam nas duas operações confirmaram o compartilhamento de provas apreendidas pela Faroeste e afirmaram que há, em curso, novas ações originadas da parceria entre o MP Federal e o Estadual, com foco na rede de corrupção no Judiciário baiano.

Tudo em família

Ainda de acordo com as mesmas fontes, os próximos alvos prioritários serão filhos e parentes de desembargadores que atuam como advogados em causas milionárias, através de associação com escritórios conhecidos. Todos os nomes já estão sob vigilância constante.

Safrá recorde

Às vésperas do desembarque do presidente Jair Bolsonaro no Oeste do estado, marcado para hoje, o Cerimonial do Planalto foi surpreendido com o alto número de pedidos de credenciamento feitos por políticos da região, prefeitos, deputados estaduais e federais interessados em participar da visita. De todos os eventos realizados por ele no Nordeste, asseguraram membros da comitiva, nunca se viu tal volume. A explicação, avaliam, está na popularidade crescente de Bolsonaro no coração do agronegócio baiano.

Plantar e colher

Para aliados do presidente, a solenidade em que ele vai formalizar a retomada das obras da Fiol no Oeste, agora a cargo do Exército, deve fortalecê-lo ainda mais na região. Daí vem a origem de tanta gente atrás de um lugar ao lado de Bolsonaro.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 11/09/2020	Página:

Correio*

Em teste, vacina russa pode chegar à Bahia em novembro

COVID-19 O governo da Rússia anunciou ontem um acordo com a Bahia para fornecer 50 milhões de doses da Sputnik V - vacina que está em

fase avançada de testes. Segundo a TV Globo, as entregas estão previstas para começar em novembro, dependendo apenas de aprovações das autoridades sanitárias e órgãos reguladores do Brasil.

Representantes do Instituto Gamaleia, da Rússia, que desenvolve a vacina contra a covid-19, concederam uma entrevista coletiva e reafirmaram que pretendem ter o resultado da última fase de

●● A proposta é que a Bahia seja a responsável pela comercialização do estado, no Brasil, através da Bahiafarma

Fábio Vilas-Boas

Secretário estadual de Saúde

testes - a mais importante - já no mês que vem.

A Bahia é o segundo estado brasileiro a firmar um acordo com a Rússia para a

produção da vacina, logo depois do Paraná. Os testes da parceria devem começar em outubro, mas ainda dependem da Anvisa.

Nessa quarta (9), o secretário estadual da Saúde, Fábio Vilas-Boas, já havia confirmado que o governo assinou um acordo de confidencialidade para testar a vacina no estado e o repasse das informações científicas para a Bahiafarma.

Advogados e servidor presos por fraudes em processos

VARA DE FAMÍLIA Os advogados João Carlos Santos Novaes e Marco Aurélio Fortuna Dórea, além do servidor público Carlos Alberto Almeida de Aragão, foram presos na manhã de ontem, em uma operação que investiga fraudes nos processos judiciais em trâmite no âmbito da 11ª Vara de Família, da Comarca de Salvador. Os mandados de busca e apreensão ocorreram na capital baiana e em Lauro de Freitas, na região metropolitana.

Onze apreensões foram feitas nas casas e escritórios dos presos e também nas de outros quatro homens, sendo três deles do ramo de advocacia.

A operação é do Grupo de Apoio Especial de Combate às Organizações Criminosas

●● **A princípio, os atos praticados pelo servidor Marco Aurélio Fortuna Dórea não têm relação com a função exercida**

Saeb
Em nota

(Gaeco) do Ministério Público da Bahia (MP) e foi batizada de Inventário.

Os suspeitos de formar a quadrilha são cinco advogados, um servidor público e um vendedor responsável por falsificação de documentos. Não foi divulgado, entretanto, como as fraudes eram feitas.

A partir da investigação, o MP-BA apurou indícios de lavagem de dinheiro, organização criminosa, corrupção ativa e passiva, estelionato, fraude processual, uso de documento falso e alteração de dados no sistema.

O Tribunal de Justiça da Bahia (TJ) informou ao portal G1 que o caso segue em segredo de justiça, que "o Poder Judiciário do Estado da Bahia não se manifesta sobre decisões prolatadas em processos judiciais".

Em nota, a Secretaria Estadual da Administração (Saeb) informou que "ainda

não teve acesso ao teor da denúncia, entretanto, a princípio, os atos praticados pelo servidor Marco Aurélio Fortuna Dórea não têm relação com a função pública exercida". A Saeb disse que, ainda assim, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) foi acionada para orientação sobre as providências cabíveis.

A defesa de João Carlos Novaes informou que em nenhum momento ele fabricou, alterou ou produziu documentação para tentar fraudar qualquer tipo de ação. Disse ainda que tudo foi informado à Polícia Federal e será enviado à Justiça para que a situação seja explicada.

O G1 não conseguiu contato com a defesa dos outros dois presos. A operação teve apoio da Polícia Federal, da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (Draco) e Departamento de Polícia Metropolitana (Depom).

Metade dos MEIs está recebendo auxílio

EMERGENCIAL Do total de brasileiros aprovados para receber o Auxílio Emergencial, 5,2 milhões são microempreendedores individuais (MEIs), segundo levantamento do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Esse número corresponde a quase metade dos 10,7 milhões de trabalhadores registrados no país atualmente nesta categoria, segundo o G1.

O número superou a estimativa inicial do Sebrae, que em abril avaliava que 3,6 milhões de MEIs deveriam se enquadrar nos critérios para receber a ajuda de ao menos R\$ 600 do governo, e revela também o impacto da pandemia na renda dos trabalhadores que atuam como autônomos ou no chamado

A busca de alguma alternativa formalizada é uma boa coisa, mas é uma opção também muito por necessidade

Carlos Melles

Presidente do Sebrae, sobre a quantidade de novos MEIs

“empreendedorismo por necessidade”.

Segundo o Sebrae, além dos 5,2 milhões que tiveram acesso ao Auxílio Emergencial, outros 1,3 milhão tentaram, mas tiveram o pedido negado por não atender alguma das regras fixadas pelo governo, como por exemplo ter renda familiar superior ao limite legal, algum vínculo empregatício ou estar recebendo algum outro benefício.

Pesquisa realizada pelo Sebrae no início da pandemia mostrou que 63,8% dos MEIs interromperam as atividades temporariamente em razão da pandemia, o maior percentual entre as empresas de pequeno porte.

Para o Sebrae, o aumento do desemprego e o crescimento do número de novos registros de MEI também ajudam a explicar o número elevado de microempreen-

dedores no Auxílio Emergencial. Entre 31 de março e 5 de setembro, foram feitos 815,9 mil novos registros de MEIs no país, segundo os dados oficiais.

“A busca de alguma alternativa formalizada é uma boa coisa, mas é uma opção também muito por necessidade. Provavelmente, mais por necessidade do que perspectiva de ter logo um trabalho a ser feito”, avaliou o presidente do Sebrae, Carlos Melles, em entrevista ao G1.

Na semana passada, o governo federal anunciou que o Auxílio Emergencial será prorrogado até dezembro, porém com valor de R\$ 300. Não há previsão, no entanto, de reabertura de novas inscrições para o programa. Quem não estava no programa, não pode mais entrar. O governo também restringiu quem poderá receber novas parcelas.

Petrobras reduz preços do litro da gasolina e do óleo diesel

COMBUSTÍVEIS Um sinal de alívio para quem tem sofrido com o aumento de tantos itens. Ontem, a Petrobras reduziu mais uma vez os preços dos combustíveis nesta semana. Foi anunciada queda de 7% do óleo diesel, de 5% da gasolina e de 7,2% do diesel marítimo. As revisões passam a valer a partir

de hoje para quem retirar os produtos em suas refinarias.

Segundo a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), essa queda significa que o litro do diesel vai ficar R\$ 0,1223 mais barato e o da gasolina, R\$ 0,0834.

O presidente da entidade, Sérgio Araújo, afirmou que,

com essa redução, “estão fechadas as janelas para as importações do diesel” e que “para a gasolina, já estavam fechadas”.

Essa é a terceira vez que a empresa reduz preços em suas refinarias nos últimos 10 dias. Apenas nesta semana foram anunciadas duas quedas.

FAROL ECONÔMICO

POR DONALDSON GOMES



@donaldsongomes

IDAS E VINDAS

Enquanto o governo federal avança nas obras do II trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), entre Caetité e Barreiras, na primeira parte da obra (de Ilhéus até Caetité) segue tudo na mesma. Apesar da decisão do Ministério da Infraestrutura de fazer a licitação da estrutura entre Caetité e Ilhéus, e do entusiasmo demonstrado pelo ministro Tarcísio Freitas em relação ao projeto, o parecer sobre o assunto segue parado no Tribunal de Contas da União (TCU). Já foram feitos nove pedidos de diligências, inclusive com a repetição de algumas questões já respondidas anteriormente, segundo informações de um integrante da pasta da Infraestrutura. Cada vez mais aquela sensação de perplexidade diante da demora na tomada de decisão do TCU em relação à Fiol vai deixando as fronteiras da Bahia e chega a Brasília. A pergunta que fica é: se o poder público – tanto federal quanto estadual – quer, se a iniciativa privada também, quais seriam as forças ocultas há tantos anos impedem a conclusão da Fiol?

Cuidando do Cia

O setor público e a iniciativa privada montaram uma força-tarefa para combater o descarte de resíduos e as invasões de áreas dentro do Centro Industrial de Aratu (CIA). É bom lembrar que essas práticas caracterizam crime ambiental e estão sujeitos a multa de acordo com a Lei 9.605/1998, além de trazer prejuízos para uma das principais áreas industriais da Bahia. “O descarte de resíduos traz o risco eminente de acidentes e desperdício de dinheiro público com a limpeza dos locais, além de desvalorizar a área e afastar novos investidores”, diz o vice-governador e secretário de Desenvolvimento Econômico João Leão.

75

por cento das obras de implantação do primeiro trecho da Fiol já estão concluídas, segundo informações apresentadas pela Valec

Novos negócios

A CCR Metrô Bahia segue o projeto de atração de novos negócios para as estações e terminais sob sua responsabilidade. Até agosto deste ano, a concessionária contabiliza 56 novas operações contratadas. A previsão é que outras sete novas operações varejistas sejam inauguradas em setembro e outubro.

Pão de Açúcar

O e-commerce alimentar do Pão de Açúcar (www.paodeacucar.com) tem apresentado crescimento robusto em 2020. Na Bahia, os resultados no segundo trimestre foram uma alta de 40% na comparação com o mesmo período do ano passado, graças ao novo comportamento de consumo durante a pandemia.

NO HORIZONTE

- **Chegada.** A marca cearense de lingerie Liebe inaugurou sua primeira unidade na Bahia, no Salvador Shopping. Em 2019, a Liebe faturou R\$32 milhões e cresceu 20% em relação a 2018.
- **Johnny's Pizza.** Com investimento aproximado de R\$ 150 mil, a Johnny's Pizza acaba de abrir segunda unidade, em Alphaville. A expectativa é que a marca inaugure mais três unidades até o final de 2021.

7

novas operações no metrô estão previstas nos próximos dois meses

Donaldson Gomes é editor e escreve às sextas-feiras

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

'Baruch Hashem', disse Luiz Fux ao encerrar um discurso que teve muitos recados institucionais. O som da música "Shalom" ocupou de forma inesperada o ambiente do Supremo Tribunal Federal. Fux é filho de um imigrante que veio para o Brasil fugindo do nazismo. É o primeiro judeu a assumir a presidência da mais alta corte do país. "O Estado é laico, mas a paz é uma necessidade", explicou o ministro ao anunciar a música.

Houve vários outros sinais do tempo. Os cumprimentos foram suspensos, os convidados eram poucos e estavam distanciados, as autoridades usavam máscaras em cabines de acrílico, e as primeiras palavras do novo presidente foram em homenagem às vítimas do coronavírus. "Essa página triste e devastadora da nossa história."

O presidente Jair Bolsonaro ouviu Fux dizer que a intervenção do Judiciário precisa ser minimalista. Deve ter gostado, porque acha que o STF tem entrado em questões próprias do Executivo. "STF não é o oráculo, não detém o monopólio das respostas", disse Fux e pediu que não houvesse tanta judicialização da política. Ao mesmo tempo, atravessou o discurso inteiro

lembrando as virtudes da democracia.

O presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, fez discurso breve e forte. Elogiou Dias Toffoli. "Soube reagir quando os ataques – virtuais e reais – ao Supremo Tribunal Federal tentaram solapar a autonomia do Poder Judiciário, constranger a independência dos juizes e ferir a democracia brasileira." Filho de desaparecido político, cuja memória Bolsonaro atacou, Santa Cruz contou que a OAB se reuniu duas vezes nos últimos 18 meses em atos "em defesa dessa Corte e da Constituição". Falou do direito ao meio ambiente e do combate a todo tipo de discriminação.

Fux, ao lembrar avanços recentes consagrados pelo STF, falou que o tribunal trabalhou

pelo "resgate das identidades historicamente vulneráveis, reconhecendo direitos dos povos indígenas e dos afrodescendentes nas ações afirmativas em prol das minorias étnicas, legitimou as uniões estáveis homoafetivas e paternidades socioafetivas, rechaçou a trans e a homofobia e validou a Lei Maria da Penha". Em qualquer outro momento, pareceria a natural comemoração de avanços civilizatórios, mas ao lado de Bolsonaro as palavras soavam como aviso de que a sociedade brasileira já escolheu os valores da aceitação das diferenças e do respeito às identidades. Ele falou em "altivez" do tribunal.

A transição no STF se dá num tempo muito difícil. Na escalada da pandemia, o presidente participou de atos que

pediam o fechamento do Supremo. Na reunião ministerial cujo teor foi divulgado pela decisão do ministro Celso de Mello houve pedido de prisão dos ministros do STF, que foram definidos como "vagabundos". Bolsonaro fez ameaças diretas à Corte em seus gritos matinais na porta do Alvorada. Ontem, contudo, estava de máscara e por algumas horas ouviu os elogios ao tribunal e a exaltação dos valores da liberdade, diversidade e democracia. "O mandamento da harmonia entre os Poderes não se confunde com contemplação e subserviência", afirmou Fux.

Outro recado do discurso de Fux foi sobre o combate à corrupção. "Não mediremos esforços para o fortalecimento do combate à corrupção, que ainda

circula de forma sombria em ambientes pouco republicanos em nosso país. Como no mito da caverna de Platão, a sociedade brasileira não aceita mais o retrocesso à escuridão e, nessa perspectiva, não admitiremos qualquer recuo no enfrentamento da criminalidade organizada, da lavagem do dinheiro e da corrupção".

O STF dos próximos dois anos será diferente. Primeiro, porque o ministro Celso de Mello, que foi decano pleno, com senioridade e senso de urgência na defesa institucional, está saindo. Segundo, porque até meados do ano que vem o tribunal terá dois indicados de Bolsonaro. No seu plano de gestão, Fux colocou em primeiro lugar "a proteção dos direitos humanos e do meio ambiente". Isso enquanto a Amazônia e o Pantanal ardem, e o governo nega que isso esteja acontecendo.

A posse de ontem exibiu a dissonância no país. O ministro Marco Aurélio Mello, o decano presente, lembrou a Bolsonaro o básico, "o senhor foi eleito por 57 milhões de votos mas é presidente de todos os brasileiros". Bolsonaro nunca entendeu esse papel.

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

ECONOMIA

Itaú lança crédito imobiliário com taxa atrelada à poupança

INÉDITO As perspectivas para quem buscar um imóvel próprio podem melhorar a partir de um passo dado pelo Itaú Unibanco. O banco quer usar a queda da taxa básica de juros da economia para o piso histórico de 2% ao ano para que se torne mais palpável ao consumidor comprar um imóvel. Essa é a mensagem da instituição ao lançar um pacote de linhas de crédito voltadas ao setor imobiliário. Para a pessoa física, uma das novidades é a possibilidade de obter crédito com taxa atrelada ao rendimento da poupança, algo inédito. Se a contratação fosse hoje, a taxa anual seria de 5,39%, ou 25% menor do que a média do mercado, segundo dados do Banco Central (BC).

Na nova linha, o Itaú combinou uma taxa

5,39%
Seria a taxa de financiamento imobiliário do Itaú, atrelada à poupança, caso fosse contratado hoje. É 25% menor que a média

fixa de 3,99%, que será somada ao rendimento da poupança, hoje em 1,4%. Será a parte variável na equação. Como pelas regras do BC o teto de rendimento da poupança é de 6,17% ao ano, a taxa nunca passará de 10,16% ao ano.

“Aproveitamos o momento para chegar a um patamar de taxas que antes não eram viáveis”, diz o diretor executivo do Itaú Unibanco, Alexandre Zancani.

No financiamento imobiliário tradicional, o banco também anunciou mudanças. Reduziu a taxa de TR + 7,3% ao ano para TR + 6,9% ao ano. Nessa linha, ao contrário da atrelada à poupança, o cliente sabe quanto pagará durante todo o contrato.

Segundo Zancani, o modelo agradou na fase piloto, em especial a alta renda. “De acordo com o patamar de juros, uma linha ou outra será mais atrativa”. A nova linha

vale para imóvel residencial, tem prazo de até 30 anos para pagamento e entrada mínima de 10% do valor do imóvel.

Em outra frente de atuação, o Itaú lançou linha de crédito que usa o próprio imóvel como garantia. Conhecido como home equity fora do Brasil, é um modelo explorado em mercados mais maduros. O cliente com imóvel financiado no Itaú pode pegar dinheiro emprestado e usá-lo para qualquer propósito. Pode pegar o mesmo valor do saldo devedor, mas com a limitação de até 90% do valor do imóvel.

O pagamento da nova dívida será o prazo do financiamento imobiliário: se o cliente tem dez anos para pagar o imóvel, a dívida terá esse prazo. Como o imóvel é a garantia, o juro é menor do que linhas de crédito pessoal.

IBGE apura elevação de 5,2% nas vendas do varejo em julho

ALTA Turbinado pelo auxílio emergencial pago pelo governo, as vendas do varejo registraram alta de 5,2% em julho, na comparação com junho, e passaram a operar 5,3% acima do patamar que existia em fevereiro - antes do isolamento social provocado pela pandemia do novo coronavírus. Também ficaram a apenas 0,1% do patamar histórico alcançado em outubro de 2014.

Os dados são da Pesquisa Mensal de Comércio divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “Esse ano está muito atípico”, resumiu Cristiano Santos, analista da Coordenação de Serviços e Comércio do IBGE.

As atividades de material de construção, móveis e eletrodomésticos, artigos farmacêuticos e supermercados estão todas em ritmo superior ao do período pré-crise sanitária.

O resultado surpreendeu analistas do mercado financeiro,

LEILÃO DO 5G DEVE OCORRER ATÉ MAIO

TELEFONIA O ministro das Comunicações, Fábio Faria, afirmou ontem que o leilão para implementação da tecnologia 5G no país “com certeza” será feito no primeiro semestre de 2021. Segundo o ministro, em entrevista à rádio Bandeirantes, a previsão da pasta é entre abril e maio.

No dia 3, durante transmissão semanal pelas redes sociais, o presidente Jair Bolsonaro havia afirmado que seria ele quem decidirá sobre o fornecimento da tecnologia no Brasil. “Vou deixar bem claro, quem vai decidir 5G sou eu. Não é terceiro, ninguém dando palpite por aí, não. Eu vou decidir o 5G”, disse Bolsonaro. O ministro afirmou que vai levar para o presidente “todos os pontos positivos e negativos de cada um dos interessados. O que eu vou levar ao presidente é que a gente possa fazer um leilão não arrecadatório em boa parte”.

MAIS RICOS LUCRARAM DURANTE PANDEMIA

DINHEIRO As 32 empresas mais rentáveis do mundo acumularam lucro ainda maior em 2020 mesmo com a economia abalada pela pandemia. Um levantamento da ONG Oxfam mostra que esse grupo teve resultado de US\$ 109 bilhões a mais do que a média obtida por essas companhias nos últimos quatro anos, diz o G1. A Oxfam elenca ainda que os 25 bilionários mais ricos do mundo registraram um aumento no patrimônio, entre março e maio, estimado em US\$ 255 bilhões.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIS EDUARDO MAGALHÃES

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2020. A Prefeitura de Luis Eduardo Magalhães torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 014/2020, objetivando o Registro de Preços para contratação de empresa para fornecimento de roupas, colchonetas e travessaltes, que serão disponibilizados a população de rua atendida pela Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social durante o período de pandemia do Novo Coronavírus. A Sessão de Abertura das Propostas será no dia 23 de Setembro de 2020, às 09:00 horas (Horário de Brasília), através do seguinte site: <https://bilcompras.com>. O Edital estará disponível nos seguintes sites: <http://portalidatransparencia.luiseduardomagalhães.ba.gov.br/licitacoes/> e <https://bilcompras.com>. Qualquer informações disponíveis através do e-mail: licitacao@pmlem.ba.gov.br ou pelo telefone (77) 3626-9051. Luis Eduardo Magalhães - BA, 10 de Setembro de 2020. Néssara Schleder - Procoisa.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 11/09/2020	Página:

Correio*

BOLSONARO INDICA QUE VETARÁ PERDÃO A DÍVIDAS DE IGREJAS

TRIBUTOS Sob pressão nas redes sociais, o presidente Jair Bolsonaro indicou nesta quarta-feira que vetará trecho de projeto de lei que concede anistia em tributos a serem pagos por igrejas no país. Em conversa com assessores presidenciais e deputados governistas, ele se queixou da cobrança de eleitores bolsonaristas e disse que não pretende entrar em novo embate com o ministro da Economia, Paulo Guedes. Na segunda-feira, a equipe econômica recomendou veto à anistia, que poderia perdoar dívidas registradas com a União de mais de R\$ 1 bilhão. O setor jurídico do Palácio do Planalto também defende que a medida não entre em vigor. A sinalização do presidente desagradou integrantes da bancada evangélica, que discutiram o assunto com o chefe do Poder Executivo nesta quarta-feira. Em reunião no Palácio do Planalto, Bolsonaro disse, segundo relatos, que não há margem fiscal para conceder o benefício e que ele poderia ser questionado pelo Tribunal de Contas. Da equipe econômica, parlamentares evangélicos ouviram que, se o presidente não vetar o perdão das dívidas, estará incorrendo em crime de responsabilidade fiscal.

Correio*

MEC mantém corte de quase R\$ 1 BI para universidades

REDUÇÃO Mesmo com a previsão de um orçamento maior em 2021, se comparado ao deste ano, o Ministério da Educação (MEC) ainda planeja cortar R\$ 994,6 milhões do total de recursos destinados às universidades e institutos federais de ensino.

A informação é da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Procurado, o Ministério da Educação ainda não se manifestou.

O valor representa corte de 17,5% nas despesas “não obrigatórias” (discricionárias). Apesar do nome, elas não são “desnecessárias”.

São custos relativos a pagamento de água, luz, terceirizados, obras e programas de assistência desvinculados a leis. Já as despesas obrigatórias, que são aquelas vinculadas a legislações específicas, como pagamento de salários e aposentadorias de professores, o MEC não pode mexer.

Dos R\$ 144,5 bilhões previstos para o MEC em 2021, R\$ 51,2 bilhões vão para universidades e institutos federais. Só que parte desse recurso só será liberada após aprovação do Congresso. Dos R\$ 51,2 bilhões previstos para essas instituições, 44% está condicionado à liberação de deputados e senadores para qualquer despesa (obrigatórias e não obrigatórias).

994 MI

de reais foram cortados pela pasta para despesas discricionárias

Mais*

COMBINAÇÃO MAIS COMUM NO PRATO DE TODOS OS BRASILEIROS ESTÁ AMEAÇADA PELA ALTA DO ARROZ

Arroz subiu 9,05% só em agosto. No ano, cereal acumula alta de 22,5%. Menor preço foi visto pelo CORREIO em loja na Feira de São Joaquim



NARA GENTIL

DIVÓRCIO NA MESA DOS BAIANOS

Alimentação Alta do preço do arroz leva consumidor a unir feijão e macarrão

Marcela Villar*

REPORTAGEM
marcela.villar@redebahia.com.br

A combinação mais comum na mesa dos brasileiros, arroz e feijão, está à beira de um divórcio. O rompimento, constatam os consumidores, é culpa do arroz, que aumentou 9,05% apenas no mês de agosto aqui na Bahia - a alta anual (janeiro a agosto) é de 22,5%, segundo a última pesquisa sobre a variação do custo da cesta básica feita pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Se antes o valor do arroz nas prateleiras era, em média, R\$ 2,50/kg, agora os baianos desembolsam de R\$ 3,69 a

R\$ 6,00 pela mesma quantidade. O aumento do cereal também foi visto em outras 15 das 17 capitais do Brasil pesquisadas pelo Dieese.

Surpreendidos, consumidores começam a incentivar que o feijão e o macarrão se conheçam melhor. Inclusive, já foi encomendada uma campanha para que o grão se case com a massa italiana, conforme declarou o presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), João Sanzovo Neto, ao sair, na quarta (9/9), de reunião com o presidente da República, Jair Bolsonaro, em Brasília. Bolsonaro convocou Sanzovo Neto pois, preocupado, quer entender o que se passa com o arroz.

Uma dessas consumidoras é a dona de casa Araci Gon-

çalves. "Não como nada sem arroz e continuo comprando. Mas depois dessa subida de preço, estou começando a substituir pelo macarrão, porque tá mais acessível". Já a funcionária pública aposentada Ângela Araújo preferiu nem colocar o produto no carrinho. "Não comprei por causa do preço e ainda tenho um pouco em casa. Vou esperar uma semana para ver se baixa", explicou, ainda esperançosa com a reconciliação.

Tânia Maria, também aposentada, relata ter ficado chocada com o aumento do valor do arroz. Ela estava no mercado comprando alimentos para doar uma cesta básica à comunidade onde mora. "Como é que pode subir tanto sem o salário mínimo aumentar e o auxílio do

governo diminuir? Fica difícil", reclamou.

Por outro lado, há quem nem tenha notado o clima entre o cereal e o grão. "Senti aumento do queijo, da carne, mas não do arroz", falou o administrador Ralf Macêdo.

É difícil mesmo notar que feijão e arroz podem não dividir mais a mesma gôndola ou corredor do supermercado. O estudo do Dieese mostra crescimento nos preços de outros seis alimentos no mês passado: banana (18,87%), leite e óleo (10,21%), carne bovina (7,40%), pão francês (9,78%), café (2,31%) e manteiga (0,26%). Por conta desses principais vilões, Salvador foi a capital brasileira onde a cesta básica mais subiu este ano - alta de 16,15% acumulada em 8 meses.

MOTIVOS

A alta do arroz é explicada principalmente pelo aumento do dólar em relação ao real, que fez com que os produtores brasileiros ganhassem mais com a exportação do que com a venda para o mercado interno. "O Brasil tem exportado mais, está mais vantajoso para o produtor brasileiro, e isso tem afetado a oferta interna", explica a supervisora técnica do escritório do Dieese na Bahia, Ana Georgina Dias.

Ela esclarece ainda que o governo já não tem mais estoque para regular o preço no país por conta da pandemia. "O governo adquiriria uma parte da safra dos produtos ligados à cesta básica e, no momento que estavam mais escassos, eles colocavam estoques reguladores. Mas hoje isso não existe mais".

Para controlar as escapulidas de preços do arroz, o governo federal zerou, na quarta (9/9), a tarifa de importação do arroz - que era de 12% - até 31 de dezembro de 2020. A ideia é reabastecer o mercado interno e assim deixar o valor do cereal mais próximo do custo do feijão, forçando uma reaproximação do casal preferido das mesas brasileiras. O efeito, no entanto, não será imediato, segundo Ana Georgina - até por conta do alto valor de câmbio em dólar.

O vendedor de cereais Roberto Ventura viu que o preço iria subir e resolveu fazer o próprio estoque na loja, que fica na feira de São Joaquim. Com isso, ele só aumentou R\$ 0,50 o quilo do produto. "A gente estocou 1 tonelada de arroz antes da pandemia, antes da inflação. Por mais que o preço esteja tabelado no mercado, a gente conseguiu sugerir um preço justo para o cliente", disse Ventura, que está vendendo o quilo de arroz por R\$ 3,00.

SOB SUPERVISÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO

ALIMENTOS QUE MAIS AUMENTARAM DE PREÇO NA BAHIA (EM %)



ALIMENTOS ANUAL (EM %)



Fonte: Dieese

PREÇO DO ARROZ TIPO 1

SACO DE 30KG (EM R\$)

Fonte: Tabela do Ceasa - SDE/Govba





NARA GENTIL

Milho da segunda safra foi o grande responsável pela puxada da previsão anual da safra de grãos baiana em 2020: produção deve ser 73,9% maior

Safra de grãos bate recorde na Bahia

Marina Hortelô*

REPORTAGEM
marina.hortelô@red Bahia.com.br

Os grãos balanços batem recorde novamente depois das estimativas para 2020 já terem superado anos anteriores em junho e julho. A aferição realizada em agosto para a safra baiana de cereais, leguminosas e oleaginosas neste ano é de que a produção deve chegar a 9.712.445 toneladas, segundo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado pelo IBGE. A quantidade é a maior da série histórica iniciada em 1972.

Com a revisão para cima da produção, a expectativa é de que o ano feche com um aumento de 17,2% (ou mais 1.428.785 toneladas) em relação à safra de grãos de 2019. Em julho, a previsão do IBGE era 1,9% menor do que a de agosto.

O IBGE diz que, com base na estimativa do mês passado, a Bahia deve se manter, em 2020, com a oitava maior produção de grãos do país, respondendo por 3,9% do total nacional.

A expectativa de crescimento da safra de grãos na

Agricultura Segundo estimativa do IBGE, crescimento será 17,2% maior em relação a 2019

Bahia ante 2019 se deve às condições favoráveis para as culturas, não a uma baixa produtividade no ano passado, garante o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Bahia (FaeB), Humberto Miranda. "2019 foi excelente, mas 2020 está excepcional com chuvas bem distribuídas em quase todas as regiões produtoras do estado", analisa.

Já segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), com base nas estimativas de setembro, espera-se que a produção de grãos aumente em 21% em 2020 na comparação com 2019, pas-

sando de 8.302,7 mil toneladas na safra anterior, para 10.098,8 mil toneladas na atual.

MILHO SEGUNDA SAFRA

No levantamento de agosto, o IBGE aponta que o milho da segunda safra foi o grande responsável pela puxada da previsão anual já que a estimativa de produção baiana desta colheita do grão atingiu 480 mil toneladas naquele mês - um crescimento de 29,7% maior que a expectativa de julho. Analisando o ano como um todo, a produção de milho 2ª safra na Bahia em 2020 deve ficar 73,9% maior que a de 2019, quando foram registradas 204 mil toneladas.

Segundo a Conab, em setembro, a produção total de milho em grãos na Bahia para a safra 2020 está estimada em 2.479,1 mil toneladas, o que equivale a uma aumento de 52,1% em relação à safra passada. A estimativa da companhia é de que a produção do grão da terceira safra (equivalente a 2ª safra do IBGE) seja de 693,3 mil toneladas, um aumento de 155,2% em relação a 2019.

De acordo com o IBGE, o crescimento da área plantada do milho entre julho, com 230 mil hectares, e agosto, com 250 mil hectares, foi o motivo primordial para o aumento na previsão. Colhido majoritariamente no Norte da Bahia, o milho da segunda safra aumentou em 20 mil hectares, aponta o IBGE.

Para a Conab, entretanto, a área destinada para a cultura em todo o estado cresceu apenas 0,1% na comparação com 2019, segundo estimativa da Conab. A produção foi beneficiada pelo clima favorável com chuvas regulares em toda a Bahia, afirma o gerente de desenvolvimento da Superintendência da Conab na Bahia, Marcelo Ribeiro.

Para a FaeB, o investimento em inovação no campo e em conhecimento para os produtores também foram primordiais para a boa safra.

Na Bahia, a primeira safra do milho é semeada até dezembro, com maior expressão na região oeste do estado; e a segunda, cujo plantio começou em maio e tem como região focal o norte do estado. O cereal da primeira safra já foi totalmente colhido, segundo Ribeiro, enquanto a segunda cota está com a colheita em andamento. "A previsão é que o processo se estenda até o mês de dezembro do ano em curso", calcula. O milho produzido na Bahia é consumido na região nordeste do país, tendo como principal consumidor o setor granjeiro, informa Ribeiro.

Humberto Miranda diz que dados do próprio setor indicam que 30% do cereal amarelo produzido no estado é destinado para o Nordeste, outros 30% ficam em terras baianas e cerca de 40% são para a exportação.

Em uma fazenda localizada no município de Tancredo Neves, Gabriel Ricci, 24 anos, produz milho em segunda safra voltado para a confecção de ração animal. Ele calcula que deve produzir 10 sacos por hectare a mais do que conseguiu na mesma área no ano passado, mesmo com grande quantidade de chuva ter chegado a atrapalhar o cultivo.

"A chuva atrapalhou um pouco, mas fizemos menos investimento este ano e colhemos mais. Se chovesse menos, poderíamos colher até mais pois daria para fazer um tratamento melhor da plantação", conta o produtor, que está tendo dificuldade para colher o grão pois a chuva não para na região.

*SOB ORIENTAÇÃO DE CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO

Ano de 2020 deverá ser melhor para 11 safras

A previsão do IBGE é de que 11 das 25 safras de produtos investigadas pelo LSPA na Bahia sejam maiores que as de 2019. A quantidade de culturas com a expectativa de melhoria era a mesma em julho, o que mudou foram os produtos citados.

Em julho, se esperava que a produção do amendoim (1ª safra) fosse maior que a de 2019, agora, ela deve ser 6,7% menor que a registrada no ano passado. A queda foi compensada pela revisão da previsão da safra da mamona, que agora aponta para um aumento de 33,3% ante 2019.

Em termos absolutos, as seguintes produções possuem as maiores previsões de crescimento no estado: cana-de-açúcar (+944 mil toneladas ou +22,4%), soja (+718.100 toneladas ou +13,5%) e milho 1ª safra (+434.600 toneladas ou +31,8%).

33,3%

É a expectativa de crescimento da safra de mamona em 2020 em relação a 2019

Produção de ovos é a melhor desde 1987

Assim como os grãos, a produção de ovo de galinha na Bahia está em alta. Segundo o IBGE, no 2º trimestre de 2020, foram produzidas 14,1 milhões de dúzias de ovos do tipo - um aumento de 10,9% em relação ao 1º trimestre deste ano, com 12,7 milhões de dúzias, e de 34,2% em relação ao 2º trimestre de 2019, com 10,5 milhões.

Este foi o melhor resultado para a produção baiana do alimento desde 1987, quando se iniciou a série histórica da Pesquisa Trimestral da Produção de Ovos de Galinha, do IBGE. O antigo recorde da produção baiana era do 1º trimestre deste ano. A Bahia representa 1,4% da produção nacional do produto.

14,1

Milhões de dúzias de ovos de galinha foram produzidas na Bahia no 1º trimestre de 2020



O jornalista Donaldson Gomes entrevistou Paulo Misk na live Política & Economia, transmitida pelo Instagram do Jornal CORREIO todas as quintas



REPRODUÇÃO

Mineração baiana deve crescer 33% este ano

Economia Mesmo com pandemia atividade deve encerrar ano com ritmo de expansão, diz Paulo Misk

Redação

REPORTAGEM
redacao@correio24horas.com.br

Muito antes de se tornar engenheiro de minas, o mineiro de Belo Horizonte já tinha uma noção muito clara do impacto econômico e social que a mineração podia ter. Com o pai, Paulo Misk ia para áreas de produção em suas férias e já se encantava com o impacto que a atividade tinha

na região do Vale Jequitinhonha.

"Eu via o esforço da empresa para melhorar a vida das pessoas. A escola era mantida pela mineradora, o consultório médico... E isso não era uma coisa comum", lembra. "Vejo essa luta para melhorar a vida das pessoas através de uma atividade econômica desde novinho", conta.

Presidente do Sindicato das Mineradoras da Bahia (Sindimiba) e da Vanádio de Maracás, Paulo Misk conversou ontem com o jornalista Donaldson Gomes na live Política & Economia. Ele ressaltou que a atividade vem acumulando sucessivos resultados positivos e conseguiu se manter crescendo, mesmo durante a pandemia do novo coronavírus.

Este ano, mesmo com pandemia, se repetirmos no segundo semestre o crescimento do primeiro, teremos uma expansão de 33% na atividade aqui na Bahia

A gente une a energia que o baiano tem com o conhecimento e aí ninguém segura

Foi a pesquisa mineral (conduzida pela CBPM) na década de 70 que deu frutos há seis anos em Maracás

O valor que você precisa para completar essa ferrovia (Fiol) pode ser pago somente com os impostos gerados em um ano e meio Paulo Misk

Presidente do Sindicato das Mineradoras da Bahia (Sindimiba) e CEO da Largo Resources, que opera uma mina de vanádio em Maracás

"O crescimento anual da mineração em 2017 foi de 20%, em 2018 foi de 24%, mais 12% em 2019 e este ano, mesmo com pandemia, se repetirmos no segundo semestre o crescimento do primeiro, teremos uma expansão de 33% na atividade aqui na Bahia", destacou. Misk destaca a capacidade da mineração em chegar a lugares onde outras atividades não vão.

MÃO DE OBRA

Citando Maracás como exemplo, onde a Largo opera há seis anos uma mina de vanádio, Paulo Misk destaca que 87% dos funcionários são baianos. E 99% são brasileiros. "Quase 70% da mão de obra é de Maracás e região, onde as pessoas não tinham uma experiência anterior em mineração ou indústria. A gente tem conseguido isso tudo porque investimentos nas pessoas do local", ressaltou. Segundo Misk, a média de treinamento entre os funcionários da Vanádio de Maracás é cinco vezes maior que a média nacional.

Segundo Misk, a empresa faz isso com capricho, por convicção, mas este esforço pode ser visto nas outras empresas do setor mineral.

Segundo Paulo Misk, a Vanádio de Maracás emprega atualmente 400 funcionários diretos e um número similar

de indiretos na própria mina. Mas para ele, a importância da atividade na cidade com pouco mais de 23 mil habitantes vai muito além disso. "Existe uma estatística de que cada emprego direto gera outros 11 indiretos", destaca. Entretanto, as diferenças vão mais além. Em média o salário pago na mineração é de R\$ 5,5 mil, valor acima do registrado em outras atividades.

O executivo destaca que o grande potencial mineral da Bahia só vai se tornar realidade com investimentos na investigação do subsolo. Ele cita como exemplo o caso da RHI Magnesita, que mesmo após anos de produção em Brumado, anunciou a descoberta de reservas que vão garantir a produção por mais 120 anos. "Foi preciso se fazer um investimento de R\$ 180 milhões para chegar a essa ampliação na Magnesita, isso não é pouca coisa. Você tem o exemplo da Caraíba, que vai investir R\$ 400 milhões no Vale do Curaçá. O pessoal gosta de dizer que mineração só dá uma safra, mas a Caraíba é uma prova do contrário", destaca. Ele lembra ainda a produção de níquel, diamantes, ouro, talco, grafita, cromita, entre outras.

Paulo Misk destaca o investimento de R\$ 47 milhões da Bamin, para realizar uma operação de minério de ferro em pequena escala, porém lembra que o grande projeto da empresa é produzir 18 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, com um investimento de US\$ 2,6 bilhões. "Imagina o quanto isso vai ajudar a Bahia, gerando empregos. É um potencial fantástico. Serão 1,5 mil empregos durante a operação, mas se pensar nos indiretos, pode se chegar a 18 mil pessoas por causa de uma mina", diz.

O presidente do Sindimiba faz coro aos pedidos para a conclusão das obras de implantação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol). "O valor que você precisa para completar essa ferrovia pode ser pago somente com os impostos gerados em um ano e meio", projeta.

SUSTENTABILIDADE

Misk lamenta o fato de a mineração se comunicar mal com a sociedade. "Toda atividade humana impacta o meio ambiente. O neném nasceu, já causa impacto. A mineração tem atuado para minimizar esse impacto, gerar materiais que vão ajudar na qualidade de vida das pessoas", afirma.

Segundo ele, a Vanádio de Maracás ocupa uma área total de 260 hectares. São 40 empregos por hectare utilizado na produção. A mineração como um todo possui uma média de 10 empregos, diz, enquanto na agricultura a média é de 5 empregos.

Na geração de valor por hectare utilizado, a média da mineração é de R\$ 417 mil por ano, destaca.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 11/09/2020	Página: 02

Tribuna

Juazeiro

Às 10h de hoje, o governador Rui Costa inaugura o Unacon, o novo Hospital do Câncer, em Juazeiro, no norte da Bahia. Com o investimento superior a R\$ 30 milhões entre obras e equipamentos, a unidade de alta complexidade em oncologia ofertará o primeiro serviço de radioterapia e braquiterapia do interior da Bahia. Esta será a viagem de número 599 do governador ao interior para ações do Governo do Estado. De acordo com o secretário da Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, a cintilografia, exame de imagem que detecta implantes tumorais, também será oferecida.

Tribuna

GUILHERME REIS

Retrocesso



A proposta de taxar livros, incluída na reforma tributária do governo federal, é a nova fonte de estresse do já combalido mercado editorial brasileiro. O setor tem sofrido amargas perdas nos últimos anos, tanto pela crise econômica, que derrubou consideravelmente as vendas, quanto pelos pedidos de recuperação judicial das duas maiores redes de livrarias do país: a Saraiva e a Cultura.

Como se não bastasse, a pandemia afetou as vendas em 47% no mês de abril e 33% em maio e, até junho, o acumulado somava 13% em relação a 2019. Diante desse cenário pessimista, editores argumentam que o preço médio do livro pode subir até 12%, restringindo ainda mais o acesso de classes com menor renda.

Para o ministro Paulo Guedes, o livro é um produto de elite e, por isso, quem o consome deve pagar mais caro. "O governo dará livros de graça para os pobres", emendou, mas sem explicar como isso

funcionaria. Porém, adotar tal medida configuraria um retrocesso: entre 2011 e 2016, o número de leitores aumentou no Brasil - o que foi estimulado em grande medida pelas políticas setoriais implementadas pelos governos FHC e Lula. Segundo a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, estima-se que 104,7 milhões de brasileiros (ou 56% da população acima dos 5 anos de idade) haviam lido pelo menos partes de um livro nos três primeiros meses de 2015 - índice fortemente puxado pela classe C e por jovens recém-escolarizados.

De olho nesses dados, tornou-se comum, nos últimos anos, editoras lançarem versões "econômicas" (com acabamento menos sofisticado e mais baratas) de best-sellers e distribuírem para pontos de vendas menos convencionais, como lojas de departamento e revistas, como a "Avon". Nesse sentido, quem diz que livro é produto de elite demonstra um grau elevado de desconexão com a

realidade atual.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) protocolou uma PEC que garante imunidade tributária a livros, jornais, periódicos e o papel destinado à impressão. No texto, o parlamentar defende alega ser "salutar que se constitucionalize a ideia macro de zerar a carga tributária geral incidente sobre os livros; mesmo que isso seja feito, na PEC, afastando-se a competência tributária do ente, e não zerando a alíquota propriamente. Tal fato é, em certa medida, uma realidade da interpretação jurídica atual, que já estende a imunidade a impostos, por interpretação teleológica objetiva, às demais espécies tributárias. Tornou-se imperioso solidificar este entendimento". Caso seja aprovada, a proposta pode ajudar a conter um iminente retrocesso, que afastará cada vez mais as classes menos favorecidas do livro, da leitura e educação, ajudando a acentuar as desigualdades já tão profundas do Brasil.

*Guilherme Reis é editor de Política da Tribuna e mestrando em Comunicação e Cultura Contemporâneas (Ufba). Escreve neste espaço quinzenalmente às sextas-feiras. E-mail: guilhermereis.tribuna@gmail.com. Blog: greis.com.br

Tribuna

IBGE estima safra de 9,7 milhões de grãos na Bahia

Oitavo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativo a agosto, projetou a produção baiana de cereais, oleaginosas e leguminosas, em torno de 9,7 milhões de toneladas, para este ano, o que representa uma expansão de 17,2% na comparação com 2019. Em julho, o levantamento apontava uma safra anual de 9,5 milhões de toneladas. Em relação à área, o IBGE projeta uma ligeira retração de 0,4% tanto na plantada quanto na desempenhona comparação anual, registrando, em ambos os casos, uma extensão aproximada de 3,1 milhões de hectares. A produtividade média estimada é de 3,1 ton/ha, cerca de 17,7 % superior à do ano passado. As informações, divulgadas nesta quinta-feira (10), foram sistematizadas e analisadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan).

"Este é um resultado que



DESEMPENHO

Estado da Bahia vai colher uma safra recorde de grão

comprova as políticas acertadas do Governo da Bahia de estímulo à produção agrícola. Importante salientar que, mesmo em meio à pandemia do coronavírus, este é o melhor resultado da série histórica da produção baiana de cereais, oleaginosas e leguminosas", ressaltou o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro.

A lavoura de soja, cuja colheita está finalizada, ficou estimada em seis milhões

de toneladas, a segunda maior da série histórica do levantamento – inferior apenas à de 2018 (6,2 milhões de toneladas). Com isso, houve expansão de 13,5% em relação ao volume produzido em 2019. A área colhida de 1,6 milhão de hectares superou em 2,6% a safra anterior.

A safra de milho foi revisada para próximo a 2,3 milhões de toneladas, em 614 mil hectares plantados, repre-

sentando uma alta de 38,9% em relação a 2019. A primeira safra do cereal deve ser responsável por 1,8 milhão de toneladas, em 363,5 mil hectares. Por sua vez, a expectativa para a segunda safra da lavoura foi revisada para 480 mil toneladas plantadas em 230 mil hectares, com expressiva alta interanual de 73,9%.

A expectativa para a produção total de café também foi revisada, passando de 203 mil para 219,5 mil toneladas. Com isso, a safra do tipo arábica ficou projetada em 100 mil toneladas, o que representa uma variação anual de 38,1%, e a da canephora ficou em 119,5 mil toneladas, correspondendo a uma expansão de 10,6% na comparação com 2019. Por sua vez, as lavouras de banana, laranja e uva mantiveram, respectivamente, recuo de 18,3%, 0,7% e 38,8% em relação à safra anterior.

A estimativa para o algodão foi mantida em 1,4 milhão de toneladas, representando uma queda de 3,3% em relação à safra anterior. A área plantada ficou projetada em 315 mil hectares, correspondendo a um recuo de 5,1% na mesma base de comparação.

Veículo: Política Livre	
Data: 11.09.2020	Caderno: Economia



Governo da Bahia diz que parceria prevê produção de 50 milhões de doses da vacina russa

BAHIA

O governador Rui Costa (PT) afirmou, nesta quinta-feira (10), que a parceria para testar vacinas da Rússia contra a Covid-19 prevê a produção de 50 milhões de doses, segundo informou o G1.

A previsão é de que as doses da Sputnik V comecem a ser entregues em novembro deste ano, desde que haja aprovação por parte dos órgãos reguladores no Brasil. A Bahia é o segundo estado brasileiro a firmar um acordo com a Rússia para a produção de vacina. O primeiro foi o Paraná. Os testes da parceria devem começar em outubro, mas ainda dependem da Anvisa.

O G1 entrou em contato com o Fundo de Investimento Direto Russo, (RDIF), que informou que um anúncio sobre o acordo será feito na sexta-feira (11).

O acordo de confidencialidade com o governo da Rússia estabelece ainda que todas as informações científicas da vacina sejam repassadas para a Fundação Baiana de Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico (Bahiafarma). Na prática, o acordo marca um avanço nas negociações entre o país e o estado, que a partir de agora poderá ter acesso à tecnologia usada na produção do imunizante.

De acordo com o governador Rui Costa, o próximo passo é a instituição decidir se vai dar seguimento no projeto. Primeiro, o protocolo do governo russo será submetido ao comitê de ética do Instituto Couto Maia, depois ao Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (Conepe), em Brasília, além da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Caso haja aprovação de todos os envolvidos no processo, o governo pretende iniciar o estudo da vacina russa na Bahia dentro de um mês. A intenção é fazer o teste clínico em 500 participantes.

Na sexta-feira (4), um estudo com resultados preliminares publicado na revista científica "The Lancet", uma das mais importantes do mundo, indicou que a vacina da Rússia para a Covid-19 não teve efeitos adversos e induziu resposta imune. Porém, com desconfiança da comunidade científica sobre os testes empregados no imunizante, cientistas russos reconheceram a necessidade de mais ensaios para comprovar a eficácia da vacina.

A imunização já está registrada desde o mês passado na Rússia, e o primeiro lote foi liberado para ser aplicado na população do país. O governo diz que a entrega está prevista para um futuro próximo, mas não especificou datas.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 11/09/2020	Caderno: Notícias



Sexta, 11 de Setembro de 2020 - 08:20

Após arroz, alta de material de construção entra na mira do governo contra inflação

por Folhapress



Após zerar o imposto de importação do arroz para ajudar a reduzir a pressão inflacionária, o governo avalia agora medidas voltadas aos materiais de construção, caso os preços não voltem a patamares considerados razoáveis até o final deste ano.

Desde o fundo do poço da pandemia em maio, os insumos da construção registraram altas enquanto o setor esboça uma retomada.

Em agosto, o tijolo subiu 9,32% depois de uma alta de 4,13%, em julho. Com o cimento, os preços se elevaram 5,42% no mês passado ante 4,04%, em julho.

A SPE (Secretaria de Política Econômica), do Ministério da Economia, está monitorando o sobe e desce de preços com atenção. Para o órgão, a alta ocorre no momento em que diversos setores, principalmente a construção civil, dão sinais de uma recuperação em "V".

Depois de móveis e eletrodomésticos, as vendas de materiais de construção foram as que registraram maior crescimento, 22,7% em relação a agosto do ano passado, segundo pesquisa de comércio do IBGE.

Entre julho e agosto deste ano, a inflação da construção civil divulgada pelo Sinapi (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), saltou de 3,33% para 3,78%.

Pesquisa recente da Cbic (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) com 462 empresas de 25 estados aponta que 95% delas verificaram aumento no preço do cimento e 90%, no de cabos elétricos. No caso do concreto, 81% perceberam alta de preço durante a pandemia. E em bloco cerâmico, 75%.

Preocupado em manter sua popularidade em alta após a concessão do auxílio emergencial à população de menor renda, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) pediu a seus auxiliares

mais próximos atenção à escalada de preços que afetam o bolso do consumidor. Ele quer medidas para reduzir a pressão inflacionária.

Nesta semana, por exemplo, após o preço do arroz subir mais de 20% nos supermercados, o governo decidiu cortar o imposto de importação sobre 400 mil toneladas do produto. A proposta foi do Ministério da Agricultura e encampada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

Na quarta-feira (9), Guedes deu aval para que os representantes de sua pasta, que comandam a Camex (Câmara de Comércio e Exportação), aprovassem a suspensão da alíquota de importação do arroz (que é de 12%) para países de fora do Mercosul. Dentro do bloco, a tarifa é zero.

A medida valerá até o fim deste ano e ficará restrita a uma cota de importação de até 400 mil toneladas. Acima disso, incidirá o imposto de 12%.

Segundo a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, os produtos devem chegar principalmente dos EUA e Tailândia. Esse movimento, combinado com a conclusão da colheita do arroz nas próximas duas semanas, devem equilibrar a oferta e, assim, reduzir a pressão sobre os preços.

Técnicos da Economia, no entanto, dizem acreditar que os efeitos completos dessa importação só deve ocorrer dentro de dois meses.

Para integrantes do governo, essa pressão inflacionária deve persistir por mais três meses, especialmente nos alimentos e em materiais de construção.

Por isso, avaliam esperar mais algumas semanas, um mês, no máximo, antes de partirem para a suspensão temporária da tarifa de importação de insumos da construção.

Auxiliares de Bolsonaro, no entanto, preferem medidas mais eleitoreiras, mirando a popularidade do presidente.

Estão atentos a analistas políticos que afirmam que o voto dos menos favorecidos é diretamente proporcional ao assistencialismo do governo. Pesquisa do Datafolha mostrou alta da popularidade de Bolsonaro após a política de auxílio emergencial durante a pandemia, especialmente nos rincões do país.

Como mostrou o jornal Folha de S.Paulo, o Ministério da Justiça contrariou estratégia liberal das pastas da Economia e da Agricultura ao notificar na quarta supermercados e produtores a explicar o aumento do preço de alimentos da cesta básica.

A Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor), vinculada ao Ministério da Justiça, irá investigar possíveis abusos de preços praticados por 65 varejistas e cooperativas.

O anúncio foi feito no momento em que Bolsonaro recebia o presidente da Abras (Associação Brasileira dos Supermercados). Desde sexta-feira (4), o presidente vinha pedindo patriotismo dos varejistas para não repassarem a alta de preços para o consumidor.

Na terça-feira (8), o presidente fez novo apelo. "Ninguém vai usar caneta Bic para tabelar nada. Não existe tabelamento. Mas [estamos] pedindo para eles [mercado] que o lucro desses produtos essenciais para a população seja próximo de zero", disse.

Associações do varejo divulgaram cartas públicas alertando para o aumento de preços. A alta chega a superar 20% no acumulado de 12 meses em produtos como leite, arroz, feijão e óleo de soja -itens da cesta básica.

O IPCA (Índice de Preço para o Consumidor Amplo) -a inflação oficial- acumula alta de 2,44% nos 12 meses até agosto. Mas, apenas em 2020, os alimentos acumulam alta de 4,91%.

Nesta quinta-feira (10), o ministro Paulo Guedes reagiu, cobrando explicações da Senacon. O ministro quer saber se as notificações enviadas pela Senacon somente pretendem garantir a aplicação do Código de Defesa do Consumidor ou se resultarão, ao final, em controle de preços.

Para tentar evitar o que ocorreu com o arroz, a equipe de Guedes já monitora os insumos da construção civil. Alguns produtos chegaram a acumular alta de até 35% para algumas indústrias.

Foi o caso do aço. Muitas usinas tiveram de fechar seus fornos e venderam seus estoques. Espera-se um novo reajuste para outubro nos distribuidores.

Além da queda na produção, pesaram na alta de preços a desvalorização do real ante o dólar e o aumento das exportações.

Além disso, o setor se deparou, como aponta o IBGE, com uma retomada mais rápida.

Na avaliação dos técnicos da Economia, os preços devem arrefecer com a diminuição pela metade do auxílio emergencial de R\$ 600 para R\$ 300. A medida, criada durante a pandemia, elevou o poder de compra da população de baixa renda e estimulou a demanda por produtos.

Os pagamentos do auxílio serão feitos até dezembro e a equipe econômica não trabalha com a hipótese de ele continuar a ser concedido em 2021.

Os estudos também são feitos após o governo anunciar o programa Casa Verde e Amarela, substituto do Minha Casa Minha Vida que financia com juros baixos compra de imóveis. O programa também estimula reformas.

Segundo o IBGE, com demanda aquecida e o pagamento do auxílio emergencial, o comércio desses produtos já recuperou o nível pré-crise.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 11/09/2020	Caderno: Notícias



Sexta, 11 de Setembro de 2020 - 06:40

Preço do arroz pode subir ainda mais, diz associação de supermercados

por Paula Soprana | Folhapress

A tendência para o preço do arroz é de nova alta nos próximos dois meses, se o consumo se mantiver no ritmo atual, afirma Ronaldo Santos, presidente da Apas (Associação Paulista de Supermercados). "Se a saca de 50 kg se mantiver na faixa de R\$ 100, em 30, 60 dias podemos ver o repasse total ao consumidor no varejo. Pode ser que não chegue [ao repasse total], depende do mercado. A tendência é de alta, mas não em cima dos R\$ 40 que estão comentando", afirmou em entrevista à reportagem nesta quinta-feira (10).

Segundo ele, o preço médio do pacote de arroz vendido em supermercados paulistas é de R\$ 20 (variando entre R\$ 18 e R\$ 23), e o preço poderia aumentar para cerca de R\$ 30 nesse prazo.

Os supermercados ainda não transmitiram todo o valor do alimento da indústria à gôndola, segundo Santos. Se o consumo não diminuir, o varejo terá de acessar novos estoques e um repasse seria inevitável, já que o preço na indústria deve se manter nessa faixa no curto prazo, afirma.

Apesar do aumento acumulado de 19% no preço do arroz este ano, de acordo com o IBGE, Santos diz que "não tem gente comprando pacote de R\$ 40", e que a média de R\$ 20 é verificada em marcas nacionalmente conhecidas.

O representante dos supermercadistas participou de reunião na tarde desta quinta com membros da Secretaria de Agricultura de São Paulo, da cadeia produtiva de alimentos e com o Procon-SP, que vai fiscalizar no varejo a disparada nos preços de produtos da cesta básica, como informou o Painel S.A.

Não foi a primeira vez que órgãos de defesa do consumidor foram a pontos comerciais para investigar a alta de produtos na pandemia. No início da crise, o feijão chegou a ser o vilão por algumas semanas.

No encontro, Santos afirmou que foi consensual entre os participantes a ideia de que não deve haver qualquer tipo de tabelamento de preço e que o único instrumento econômico possível, de modo a não alterar a dinâmica do mercado, é a retirada de taxa de importação, medida adotada pelo governo federal na quarta (9).

"Se criar regras artificiais, você tira interesse do produtor, que não aumenta a área plantada e aí, eventualmente, vamos ao desabastecimento", afirmou.

O governo anunciou isenção da tarifa de 10% a 12% para o arroz em casca e beneficiado, respectivamente. A medida vale para uma cota de 400 mil toneladas, o que representa cerca de 35% das importações brasileiras totais estimadas pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) para 2019.

Segundo Santos, o entendimento geral do mercado é que a elevação nos preços se deu por uma conjuntura macroeconômica que envolveu três principais fatores: pressão internacional sobre as commodities, aumento da demanda e alta do dólar, que impacta todos os elos da cadeia.

Há poucos dias, a Abras (Associação Brasileira de Supermercados) sugeriu ao Ministério da Agricultura que considerasse isentar a taxa de importação do cereal, mas a pasta entendeu que não era adequado. Os supermercadistas não sabem o que fez o governo mudar de ideia, mas defendem a medida como um recurso para amenizar o preço, embora o resultado não deva ser imediato.

De acordo com a Apas, a previsão é que grandes redes tomem ações para restringir o consumo, com o intuito de não repassar ainda mais o valor. O Carrefour passou a limitar pontualmente em algumas lojas a quantidade de itens que podem ser comprados pelos clientes.

Uma série de alimentos do agronegócio bateram preços recordes este ano devido à alta na demanda interna e às exportações, impulsionadas pela desvalorização do real. Negociada a R\$ 105 nesta quinta, segundo o Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), a saca de arroz valia R\$ 45,3 no mesmo dia de 2019.

O preço do cereal em agosto atingiu recorde real da série do Cepea, iniciada em 2005. Em relação a agosto de 2019, as vendas externas cresceram 98%, enquanto importações caíram 43%.

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) tem apelado aos supermercadistas para que o lucro com produtos da cesta básica "seja próximo de zero".

"Eu tenho apelado a eles. Ninguém vai usar caneta Bic para tabelar nada. Não existe tabelamento. Mas [estamos] pedindo para eles que o lucro desses produtos essenciais para a população seja próximo de zero. Eu acredito que, com a nova safra, a tendência é normalizar o preço", afirmou.

Na última sexta (4), Bolsonaro pediu "patriotismo" às redes de supermercado para evitar a alta de preços da cesta básica.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 10/09/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 10 de Setembro de 2020 - 20:45

Preço do diesel em refinarias da Petrobras cai 7% e da gasolina 5%



A Petrobras divulgou nesta quinta-feira (10) que os preços médios do diesel em suas refinarias terão redução de 7%. Também haverá queda na cotação da gasolina, de 5%. Os novos valores valem a partir de sexta-feira (11).

De acordo com o cálculo da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), o corte no litro do diesel S10 e S500 será, em média, de R\$0,1223. Já a gasolina terá o litro R\$0,0834 mais barato, segundo a Agência Brasil.

Este é a terceira queda consecutiva que a estatal anuncia para diesel e gasolina. É também a segunda diminuição anunciada nesta semana. Ontem (9), os preços médios da gasolina e do diesel já haviam sido corrigidos, ambos com um corte de 5%.

A atual política de preços leva em conta a paridade de importação e é influenciada pelas cotações internacionais do petróleo e do câmbio. Neste mês, os preços de referência do petróleo têm caído diante do clima econômico em meio à pandemia de covid-19 e também devido às preocupações com o ritmo de retomada da demanda. O preço do barril do Brent caiu para valores abaixo de US\$ 40.

Após os novos reajustes, a gasolina nas refinarias da Petrobras irá acumular queda de 16,7% em 2020. Já os preços do diesel serão 30% abaixo dos registrados em janeiro desse ano.



ECONOMIA

Publicado em 10/09/2020 às 22h00.

CNC reduz projeção para queda do varejo este ano para 5,7%

Confederação afirma que prejuízos no comércio seguem diminuindo; setor acumula tombo de R\$ 316,2 bilhões

Redação



Foto: Rafael Neddermeyer/Fotos Públicas

A Confederação Nacional do Comércio de Bens Serviços e Turismo (CNC) revisou de 6,9% para 5,7% a previsão de queda no volume das vendas no varejo ampliado em 2020. A estimativa tem como base a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) de julho, divulgada nesta quinta-feira (10/09) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“A tendência de gradual reabertura da economia e a extensão, ainda que parcial, do auxílio emergencial deverão levar o comércio a fechar o ano com perdas menos acentuadas daqui para a frente”, afirma o presidente da CNC, José Roberto Tadros.

De acordo com dados a CNC, entre março – início da pandemia – e agosto, os prejuízos do comércio com a crise alcançaram R\$ 316,2 bilhões – o equivalente a mais de um mês e meio em vendas. Porém, desde o pico, em abril (R\$ 77,4 bilhões), o setor tem apresentado perdas menos

mercado **coronavírus**

Governo agora avalia agir contra alta do material de construção

Bolsonaro pede monitoramento de preço a auxiliares, após ação sobre o arroz

Julio Wlziack e Fábio Pupo

BRASILIA Após zerar o imposto de importação do arroz para ajudar a reduzir a pressão inflacionária, o governo avalia agora medidas voltadas ao material de construção, caso os preços não voltem a patamares considerados razoáveis até o final deste ano.

Desde o fundo do poço da pandemia em maio, os insumos da construção registraram altas enquanto o setor esboça uma retomada.

Em agosto, o tijolo subiu 9,32%, de depois de uma alta de 4,13% em julho. Com o cimento, os preços se elevaram 5,45% no mês passado, ante 4,24% em julho.

A SPE (Secretaria de Política Econômica), do Ministério da Economia, tem monitorado o sobre e desce de preços com atenção. Para o órgão, a alta ocorre no momento em que diversos setores, principalmente a construção civil, dão sinais de recuperação em "V". Depois de móveis e eletrodomésticos, as vendas de materiais de construção foram as que registraram maior crescimento, 32,7% em relação a agosto do ano passado, segundo pesquisa de comércio do IBGE.

Entre julho e agosto deste ano, a inflação da construção civil divulgada pelo Simapi (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) saltou de 3,33% para 3,78%.

Pesquisa recente da Cbicc (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) com 462 empresas de 23 estados aponta que 95% delas verificarão

aumento no preço do cimento, e 92%, no de cabos elétricos. No caso do concreto, 81% perceberam alta de preço durante a pandemia. E, em bloco cerâmico, 75%.

Preocupado em manter sua popularidade em alta após a concessão do auxílio emergencial à população de menor renda, o presidente Jair Bolsonaro pediu a seus auxiliares mais próxima atenção à escalada de preços que afetam o bolso do consumidor. Ele quer medidas para reduzir a pressão inflacionária.

Nesta semana, por exemplo, após o preço do arroz subir mais de 20% nos supermercados, o governo decidiu cortar o imposto de importação sobre 400 mil toneladas do produto. A proposta foi do Ministério da Agricultura e encampada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

Na quarta-feira (9), Guedes deu aval para que os representantes de sua pasta, que comandam a Camex (Câmara de Comércio e Exportação), aprovassem a suspensão da alíquota de importação do arroz (que é de 12%) para países de fora do Mercosul. Dentro do bloco, a tarifa é zero.

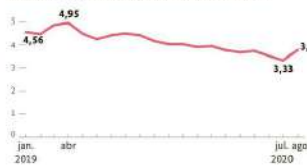
A medida valerá até o fim deste ano e ficará restrita a uma cota de importação de até 400 mil toneladas. Acima disso, incidirá o imposto de 12%.

Segundo a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, os produtos devem chegar principalmente dos EUA e da Tailândia. Esse movimento, no entanto, diz em créditos que o efeito completo dessa importação só deve ocorrer dentro de dois meses.

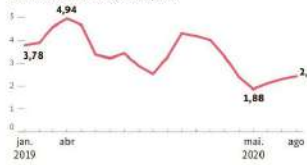
Construção civil sobe mais que a inflação

Preços de itens do setor apresentam alta no acumulado deste ano

Inflação da construção civil (Simapi) no acumulado de 12 meses, em %



ÍPCA acumulado nos últimos 12 meses, em %



5,77% é a variação acumulada do preço de tintas de janeiro a agosto de 2020, segundo o IPCA

10,67% é a alta no ano até agosto de agosto de 2020, de acordo com o IBGE

16,86% é quanto já subiram os preços dos tijolos em 2020

Fonte: IBGE

librar a oferta e, assim, reduzir a pressão sobre os preços. Técnicos da Economia, no entanto, dizem acreditar que o efeito completo dessa importação só deve ocorrer dentro de dois meses.

Para integrantes do governo, essa pressão inflacionária deve persistir por mais três meses, especialmente nos alimentos e em material de construção. Por isso, avaliam esperar

mais algumas semanas, um mês, no máximo, antes de partir para a suspensão temporária da tarifa de importação de insumos da construção.

Auxiliares de Bolsonaro, no entanto, preferem medidas mais eleitorais, mirando a popularidade do presidente.

Estão atentos a analistas políticos que afirmam que o voto dos menos favorecidos é diretamente proporcional ao assistencialismo do governo. Pesquisa do Datafolha mostrou alta da popularidade de Bolsonaro após a política de auxílio emergencial durante a pandemia, especialmente nos rincões do país.

Como mostrou a Folha, o Ministério da Justiça contraria estratégia liberal das pastas da Economia e da Agricultura ao notificar na quarta supermercados e produtores a explicar o aumento do preço de alimentos da cesta básica.

A Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor), vinculada ao Ministério da Justiça, irá investigar possíveis abusos de preços praticados por 65 varejistas e cooperativas. O anúncio foi feito no momento em que Bolsonaro recebe o presidente da Abras (Associação Brasileira dos Supermercados). Desde sexta-feira (4), o presidente vinha pedindo patriotismo dos varejistas para não repassar a alta de preços para o consumidor.

Na terça-feira (8), o presidente fez novo apelo: "Ninguém vai usar caneta Bic para tabelar nada. Não existe tabelamento. Mas [estamos] pedindo para eles [meus] que o lucro desses produtos essenciais para a população seja próximo de zero", disse.

Associações do varejo divulgaram cartas públicas alertando para o aumento de preços. Alta chega a superar 20% no acumulado de 12 meses em produtos como leite, arroz, feijão e óleo de soja — itens da cesta básica.

O IPCA (Índice de Preço para o Consumidor Amplo) — a inflação oficial — acumula al-

ta de 3,44% nos 12 meses até agosto. Mas, apenas em 2020, os alimentos acumulam aumento de 4,91%.

Nesta quinta-feira (10), Guedes reagiu, cobrando explicações da Senacon. O ministro quer saber se as notificações enviadas pela Senacon somente pretendem garantir a aplicação do Código de Defesa do Consumidor ou se resultarão, ao final, em controle de preços.

Para tentar evitar o que correu com o arroz, a equipe de Guedes já monitora os insumos da construção civil. Alguns produtos chegaram a acumular alta de até 35% para algumas indústrias.

Foi o caso do aço. Muitas usinas tiveram de fechar seus fornos e venderam seus estoques. Espera-se um novo reajuste para outubro nos distribuidores.

Além da queda na produção, pesaram na alta de preços a desvalorização do real ante o dólar e o aumento das exportações. Adicionalmente, o setor se deparou com o apelo do IBGE, com uma retomada mais rápida.

Na avaliação dos técnicos da Economia, os preços devem receder com a diminuição pela metade do auxílio emergencial de R\$ 600 para R\$ 300. A medida, criada durante a pandemia, elevou o poder de compra da população de baixa renda e estimulou a demanda por produtos.

Os pagamentos do auxílio serão feitos até dezembro, e a equipe econômica não trabalha com a hipótese de ele continuar a ser concedido em 2021. Os estudos também são feitos após o governo anunciar o programa Casa Verde e Amarela, substituído do Minha Casa Minha Vida, que financia com juros baixos compra de imóveis. O programa também estimula reformas.

Segundo o IBGE, com demanda aquecida e pagamento do auxílio emergencial, o comércio desses produtos já recuperou o nível pré-crise.



Filipe Oliveira/Reuters

MESMO SEM TARIFA DE IMPORTAÇÃO, PREÇO DO ARROZ BATE RECORDE

O mercado ignorou a retirada da taxa de importação do arroz (na foto, produto em supermercado no Rio) e voltou a negociar o cereal a preço recorde nesta quinta (10). A saca de 50 quilos foi comercializada a R\$ 105,81 no R\$ para o produto em casca, posto na indústria, e com pagamento à vista. O preço foi apurado pelo Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), que indica recordes diários há um mês. Guilherme Soria Bastos Filho, diretor-presidente da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), disse que o efeito da retirada da Tarifa Externa Comum deverá se refletir no mercado a curto prazo, com queda de preços já nas próximas semanas.

Bolsonaro diz que deu aval para cobrança sobre aumento da cesta

Daniel Carvalho e Fábio Pupo

BRASILIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse nesta quinta-feira (10) que autorizou a Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor) a notificar supermercados pela alta de preços de alimentos da cesta básica.

O Ministério da Economia, de Paulo Guedes, porém, enviou um ofício questionando a decisão do órgão do Ministério da Justiça, comandado por André Mendonça. A resposta tem de ser dada em cinco dias.

Em sua live semanal, Bolsonaro disse que foi consultado pelo ministro da Justiça sobre a adoção da medida.

"André Mendonça falou comigo: 'Posso botar a Secretaria

Nacional de Defesa do Consumidor para investigar, perguntar para supermercados por que o preço subiu? Eu falei 'pode'. É ponto final", afirmou.

"Porque, ao chegar a resposta, pode ser que o errado somos nós. Pode ser o governo, daí o governo toma providência e ponto final", disse Bolsonaro.

Na quarta-feira (9), a Senacon notificou a Abras (Associação Brasileira de Supermercados) e representantes de produtores de alimentos. Entraram na mira do órgão 65 redes de varejistas e cooperativas.

O anúncio foi feito no momento em que o presidente da Abras, João Sarzovo Neto, era recebido por Bolsonaro (sem partido) e o ministro Paulo Guedes (Economia) no

Palácio do Planalto. Sarzovo Neto sugeriu, após o encontro, que os brasileiros substituam o arroz, produto com preço em alta, pelo macarrão.

Conforme mostrou a Folha, a medida do Ministério da Justiça pegou de surpresa os pastas de Guedes e de Tereza Cristina (Agricultura) por soar intervencionista.

Os ministérios vinham trabalhando em uma ação de mercado contra a alta dos preços, especialmente do arroz. Integrantes do Ministério da Economia descartam qualquer tipo de medida semelhante a um controle de preços por parte do governo.

Na live, Bolsonaro disse que não interferiria no mercado, pois o que tem que valer é a lei

da oferta e da procura. Citou como uma das providências tomadas a compra de 400 mil toneladas de arroz do exterior sem taxa de importação.

O presidente atribuiu o aumento do preço do arroz a dois fatores: o aumento do consumo por causa do pagamento do auxílio emergencial e a alta do dólar, que estimulou a exportação do produto.

"Com o auxílio emergencial, o pessoal comeu", disse "Começou a consumir um pouco mais, um pouquinho mais, mas um pouquinho perto de milhões de pessoas, realmente, ajudou a desaparecer um pouco esta mercadoria das prateleiras".

Bolsonaro disse que não haverá nova prorrogação do auxílio emergencial.

"Não vai ter uma nova prorrogação porque o endividamento cresce muito, o Brasil perde confiança, juros podem crescer, pode voltar inflação".

Bolsonaro recomendou que aqueles que desejam receber auxílio por mais tempo procurem prefeitos e governadores que restringiram o funcionamento do comércio como uma maneira de minimizar a transmissão do coronavírus.

Sobre o arroz, lembrou ainda do peso do câmbio. "O dólar está alto, facilita as exportações também. Tenho conversado sempre com os ministros, presidente do Banco Central, [sobre] o que a gente pode fazer para o dólar não subir tanto, o que o governo pode fazer legalmente, obedecendo às regras do mercado".

Enquanto Bolsonaro disse ter conhecimento da cobrança feita aos mercados, a Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade, do Ministério da Economia, solicitou informações sobre o monitoramento de preços.

A Economia pede no ofício que a atuação da pasta da Justiça, ao buscar a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, não resulte em controle de preços ou incompatibilidade com os princípios de economia de mercado.

O secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, afirmou que iniciativa como tabelamento de preços não está em estudo. "Podemos cometer erros novos, erros antigos não vamos cometer", afirmou à Folha na quarta.

Varejo supera pré-Covid e

PAINEL S.A.

Joana Cunha

joana@paineis.com.br

já beira os maiores níveis de atividade da história

Recuperação é puxada pelos segmentos de móveis e eletrodomésticos e material de construção, beneficiados pelo home office e pelo auxílio

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Com impulso de vendas de bens essenciais e de produtos para o lar, a recuperação do comércio brasileiro após a pandemia do novo coronavírus surpreende economistas e reforça avaliações sobre mudança no perfil do consumidor, refletindo o maior tempo em casa e a adoção de home office por muitas empresas.

Em julho, as vendas do comércio subiram 5,2%, o maior crescimento para o mês desde o início da pesquisa, em 2000. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o setor já se encontra 5,8% acima do nível pré-pandemia e próximo dos patamares anteriores à recessão de 2016.

A recuperação nos últimos meses é puxada principalmente pelos segmentos de móveis e eletrodomésticos e material de construção, beneficiados também pelo auxílio emergencial. Nos julho mostrou ainda que havia demanda reprimida por vestuário e calçados, que tiveram elevado crescimento no mês. Quatro das dez atividades pesquisadas pelo IBGE já apresentam variação positiva no acumulado do ano. Todas elas ligadas de alguma forma ao consumo em casa: supermercados, móveis e eletrodomésticos, produtos farmacêuticos e de perfumaria e material de construção.

Já outras mais ligadas à circulação pelas ruas, como combustíveis e lubrificantes, vestuário e calçados, permanecem em queda no ano.

"A dinâmica setorial mostra recuperações dos setores mais atingidos, mas também uma mudança no perfil de consumo", afirma a economista-chefe da CNC (Confederação Nacional do Comércio), Fábio Bentes. "O sujeito não precisa mais comprar um terno para ir trabalhar e tem alocado recursos em novos essenciais".

Essa mudança tem impacto nos índices de inflação. Aparelhos domésticos e material de construção estão entre as principais altas do IPCA no ano, excluindo os produtos alimentícios: já subiram sete vezes mais que a inflação. Os preços dos computadores pessoais, por exemplo, aumentaram 46,9%, enquanto os de aparelhos de TV, som e informática acumulam alta de 13,53%. O tijolo está 16,86% mais caro do que no fim de 2019. O preço do cimento subiu 12,67%.

Enquanto nos primeiros casos há alguma influência do câmbio, os dois últimos respondem a um crescimento da demanda impulsionada também pela distribuição do auxílio emergencial, usado por muitos brasileiros para pequenas reformas em casa.

Para Vitória, o movimento do varejo de material de construção "reflete em parte a forte demanda para reformas e obras, tendo em vista que as residências ganharam as funções adicionais de trabalho e de lazer".

Para os economistas, a retomada do comércio deve permanecer pelos próximos meses. Bentes, porém, vê um ritmo menos acelerado, tanto

Comércio se recupera e encosta em recorde de 2014

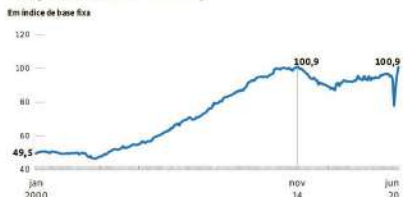
Variação das vendas do comércio ante mês anterior



Desempenho por atividade em julho ante mês anterior



Evolução histórica das vendas do varejo



Fonte: IBGE

SERVIÇOS PRECISAM CRESCER 17% PARA VOLTAR AO NÍVEL PRÉ-PANDEMIA, ANIMA SECRETARIA
De acordo com a Secretaria de Política Econômica, o desempenho do setor, o maior empregador do país, não tem sido comparável ao desempenho visto em outros segmentos. O setor de serviços foi o mais afetado pelo distanciamento social. "No entanto, indicadores de alta frequência mostram que o setor segue sua trajetória de recuperação", afirma a pasta.

para redução do valor do auxílio emergencial, que passou de R\$ 600 para R\$ 300 por mês, quanto pela menor necessidade de reposição de produtos do lar. "Ninguém troca de geladeira todo ano", diz.

A evolução das vendas no comércio em julho ficou bem acima das estimativas do mercado, que previa alta de 1,2% na comparação mensal e de 2,4% em relação ao mesmo mês do ano anterior, de acordo com compilação feita pela agência Reuters.

A alta em relação a julho de 2019 foi de 5,2%, a maior para o mês desde 2013. Com o crescimento, está apenas 0,1% abaixo do recorde histórico, registrado em outubro de 2014, e oscilando em níveis parecidos aos de antes da recessão.

"Até junho, houve uma espécie de compensação do que ocorreu na pandemia. Em julho, já temos um excedente de crescimento".

Santos ressalta, porém, que é um crescimento desigual, já que ainda há setores em patama-

res muito abaixo do nível pré-pandemia. Mesmo com alta de 25,2% em julho, por exemplo, as vendas de têxteis, vestuário e calçados estão 12,7% abaixo de fevereiro.

Responsável por metade do indicador, o segmento de supermercados tem grande influência na recuperação dos patamares anteriores a 2014. Embora tenha ficado estável em julho, foi um segmento que se beneficiou da pandemia, com corridas de consumidores às compras nos momentos durante o pico da crise.

Pelo terceiro mês consecutivo, a pesquisa do IBGE mostrou menor impacto do isolamento social no comércio. Do total de empresas pesquisadas, 8,1% relataram impacto em suas receitas em julho, 4,1 pontos percentuais abaixo do número de junho.

De acordo com o IBGE, o comércio cresceu em 21 das 27 unidades da Federação em julho, em comparação com o mês anterior. O chamado comércio varejista ampliado, que inclui vendas de autopeças e material de construção, avançou 7,2% ante o mês anterior.

Estomago

A disparada no preço dos alimentos, tema que ganhou a semana ilustrado pelo pacote de arroz, levantou uma lista de justificativas, entre elas o impacto do auxílio emergencial. Os R\$ 600 teriam contribuído para a alta porque as pessoas estão comendo melhor, disse o vice-presidente Hamilton Mourão. Além de uma série de hipóteses, que vão de câmbio a comportamento, o fenômeno visto nos supermercados reacende entre economistas o debate sobre a transferência de renda.

BOCA Para André Roncaglia, professor da Unifesp, é difícil cravar que o auxílio emergencial gerou o aumento, a menos que se pudesse fazer uma análise muito detalhada. Diz que os R\$ 600 causaram inflação, como fez Mourão, seria, portanto, forçar a barra.

BOLSO A narrativa do vice-presidente chama a atenção porque serve de muleta para justificar o desembarque do programa (que será de R\$ 300 até o fim do ano), em seja, se o governo comprova que os R\$ 600 geram pressão inflacionária, diminui a base desestabilizadora ao auxílio.

BALANÇA "Não há base para dizer que, se houver inflação, ela está sendo causada pelo auxílio. Esse é só o lado da demanda", diz Roncaglia.

PESO No lado da oferta, o economista lista outros fatores, como abastecimento, câmbio favorável à exportação, demanda internacional e preço já fora, além da redução de estoques reguladores, que influencia a capacidade de acúmulo do choque de oferta.

FOME Para o economista Gabriel Galpoldo, presidente do Banco Fator, as hipóteses se complementam, mas há um ponto que chama a atenção. "Se, efetivamente, as pessoas usaram o recurso para comer, é uma denúncia grave do país enquanto sociedade. Significa que havia pessoas que não se alimentavam suficientemente para saciar a fome", diz.

FUTURO O mercado imobiliário segue se adaptando à pandemia. A betin de cédias apostar pesado na tendência do home office. Seus novos projetos vão incorporar na planta um espaço para o proprietário trabalhar de casa. A companhia espera dobrar os lançamentos em São Paulo em 2020.

TELA Também no contexto da pandemia, a incorporadora Mitre começou a oferecer nesta quinta (10) um sistema de drive thru para apresentar um empreendimento no bairro de Perdizes, em São Paulo. No showroom, o cliente estaciona em uma vaga fechada para conhecer o apartamento e as áreas comuns por três grandes telas e tablets.

PNEU Os seguros de garantia estendida e transportes, impactados na pandemia, mostraram retomada em julho, segundo dados que a Susep (Superintendência de Seguros Privados) divulga nesta sexta (11). São sinais de recuperação, mas ainda não voltaram a potamar pré-pandemia.

MOTOR O seguro garantia estendida, que costuma ser contratado na compra de produtos no varejo, cresceu 29% em julho ante junho e movimentou R\$ 212,6 milhões no mês. Já nos seguros de transportes, ligados à circulação, que caiu na quarentena, o volume de prêmios foi de R\$ 304,3 milhões, 26% maior do que em junho, segundo a Susep.

BRINCO Cresce a tensão após o grupo francês LVMH, donos da Louis Vuitton, reitar sua proposta bilionária para comprar a Tiffany na quarta (9), sob a justificativa de que o governo da França pediu para adiar a transação por causa de uma disputa tarifária com os EUA.

COLAR O grupo afirmou nesta quinta (10) que pretende entrar na Justiça contra a Tiffany, pois a joalheria teria cometido falhas de gestão na pandemia, como a distribuição de dividendos em momento de prejuízos. Não teria restado opção, segundo a LVMH, além de abandonar o negócio.

ANEL A Tiffany já havia procurado a Justiça americana para obrigar a LVMH a cumprir o acordo de US\$ 16 bilhões.

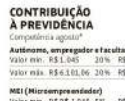
MUVUCA Apesar das cenas de estradas lotadas e aglomeração em praças e bares, o feriado de 7 de Setembro não foi tão bom como prometia, diz a Abrasel-SP (associação de bares e restaurantes de SP).

DECEPÇÃO Mais de 75% dos empresários relataram à entidade que o desempenho foi o mesmo de finais de semana comuns após a retomada na pandemia. Cerca de 25% deles até registraram queda de 40% no faturamento no feriado.

FILE A Sadia, da BRF, vai entrar no mercado dos orgânicos com uma linha de frango que lança nesta sexta. O produto será vendido em um loja do Carrefour em São Paulo.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES



IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Debitos, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.750,15	15	354,80
De 3.750,16 até 4.664,66	22,5	636,13
Acima de 4.664,67	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS
Considerando o piso na capital e no grande SP

	Alíquota	Máximo	Mínimo
Empregado	De 7,5% a 14%	9704	713,09
Empregador	20%	350,50	1.220,21

*O prazo para o patrão, da declaração mensal em 4 set. A guia de pagamento dos patões inclui a contribuição do INSS do empregado e da doméstica, o FICP, a multa para a doméstica e o seguro-acidente acadêmico. O contribuinte do INSS da doméstica pode ser depositado de seu salário. Cuidado para a competência de maio lo. adado para novembro

MARCELLO CORRÊA, VÍCTOR FARIAS E GABRIEL SHINOHARA
marcello@oglobo.com.br
 BRASIL

ALTA DA CESTA BÁSICA

INTIMAÇÃO DE SUPERMERCADO

Ministério da Economia cobra explicação, e Bolsonaro diz que foi ele que autorizou medida

A divergência entre a equipe econômica e outras alas do governo sobre como lidar com a alta de preços dos alimentos se tornou oficial. O Ministério da Economia encaminhou ontem uma carta à Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) — ligada ao Ministério da Justiça — na qual questiona a decisão da pasta de notificar supermercados pela disparada dos produtos que fazem parte da cesta de compras do brasileiro, como arroz e soja. No mesmo dia, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que deu aval à medida.

O pedido de esclarecimento foi feito por meio de um ofício, ao qual O GLOBO teve acesso, assinado por Geanluca Lorenzon, secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade da pasta liderada pelo ministro Paulo Guedes, que não assina o documento. Segundo fontes próximas a Guedes, ele não sabia da carta.

No documento, Lorenzon pede que a Senacon explique detalhes sobre as razões que levaram a pasta a adotar a medida. As notificações foram enviadas na quarta-feira a supermercados e cooperativas, que devem apresentar ao órgão informações como a lista de fornecedores dos itens que mais aumentaram de preço e as notas fiscais emitidas nas compras desses produtos. A ação foi baseada no Código de Defesa do Consumidor.

O secretário de Guedes pede que a pasta informe quais medidas serão adotadas para garantir que a intimação "não resultará em controle de preços ou qualquer outra incompatibilidade com os princípios de economia de mercado firmados na Constituição", confor-

me trecho do ofício.

O texto reflete as críticas que vinham sendo feitas por integrantes da equipe econômica nos últimos dias, que compararam a intimação de supermercados à prática de controle de preços que vigorou no país nos anos 1980, sem sucesso. Um

auxiliar de Guedes afirmou que a medida do Ministério da Justiça é só "para inglês ver".

Ontem, Bolsonaro afirmou que foi consultado pelo ministro da Justiça, André Mendonça, sobre a notificação e autorizou a ação.

— André Mendonça falou

comigo; posso botar a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) para investigar? Perguntar para os supermercados por que o preço subiu? Falei: pode, e ponto final. Ao chegar a resposta pode ser que o errado somos nós, e o governo toma providência, e ponto

final — afirmou o presidente, em transmissão pela internet.

Ele negou, no entanto, a intenção de tabelar preços:

— Ninguém quer tabelar nada, ninguém quer interferir em nada, isso não existe. Agente sabe que uma vez interferindo, tabelando, is-

so desaparece da prateleira e a mercadoria aparece no mercado negro muito mais cara, já tivemos experiência disso no Brasil.

Além de pedir informações à Senacon, o documento do Ministério da Economia critica medidas de intervenção do Estado na economia. De viés liberal como Guedes, Lorenzon abre a carta com uma citação de um discurso do economista austríaco Friedrich Hayek, prêmio Nobel de Economia, referência do liberalismo: "Quanto mais o Estado planeja, mais difícil se torna para o indivíduo traçar seus próprios planos".

SEM FIM DO SEGURO-DEFESO

Em outro trecho, o secretário sinaliza que o Código de Defesa do Consumidor, que completa 30 anos hoje, já não é mais adequado para as relações de consumo atuais. "O Código de Defesa do Consumidor foi elaborado durante a vigência de paradigmas econômicos que se alteraram, tanto no Brasil quanto no resto do mundo", pontua. Lorenzon escreve que "medidas de controle, restrição ou direcionamento de preços exercem efeitos prejudiciais sobre a reputação da economia brasileira e de suas instituições".

A divergência na crise da cesta básica não é a única entre a equipe econômica e outras alas do governo, e aparece também na elaboração do Renda Brasil, a reformulação do Bolsa Família. Depois de negar a ideia de Guedes de extinguir o abono salarial para financiar o novo programa social, Bolsonaro desautorizou o fim do seguro-defeso, pago a pescadores no período de pesca proibida. A informação foi dada pelo secretário da Pesca, Jorge Seif Junior, na transmissão do presidente na internet.



Justificativa. Ministério da Economia enviou ofício para indagar sobre notificação de supermercados. Segundo fontes, ministro não sabia da carta

Procons aumentam fiscalização e apoiam limitar compra por cliente

LUCIANA CASEMIRO
 E SÉRGIO MATSUURA
luciana@oglobo.com.br

Um dia depois da Secretaria Nacional do Consumidor, órgão do Ministério da Justiça, intimar produtores de alimentos e supermercados sobre aumento de preços de itens da cesta básica, os Procons intensificaram ações de fiscalização país a fora e disseram apoiar a prática de alguns estabelecimentos de limitar o número de produtos por consumidor. A maior vigilância, porém, não significa que defendam o tabelamento de preços.

— Não somos órgão de controle de preço, mas temos ferramentas para coibir a abusiva-

idade. Também não somos a favor de tabelamento, conhecemos o efeito negativo dessa prática no passado — diz Filipe Vieira, presidente da Associação Brasileira de Procons.

No Rio, os agentes do Procon-RJ identificaram aumento de até 53% no óleo de soja e de 37,38% no arroz, comparado aos preços de agosto. Dois mercados foram autuados. Na Paraíba as altas foram ainda maiores. Segundo o Procon-PB, no mesmo período, o óleo subiu 64%, e o arroz, 55,45%.

Já o Procon-SP anunciou uma "fiscalização sistemática" a partir de segunda-feira, com cem fiscais no estado, para coibir eventuais aumentos abusi-



Conferência de preços. No Rio, dois mercados foram autuados. Para analistas, não há qualquer sinal de irregularidade nos aumentos

Atuação diária. Fiscais em supermercado de João Pessoa: aumento de 64% no preço do óleo

vos. O secretário paulista de Defesa do Consumidor, Fernando Capez, disse apoiar o limite na compra de itens:

— Se isso não ocorrer, existe o risco de desabastecimento total. Errado não é o supermercado em limitar, mas o consumidor que chega e limpa a prateleira — afirmou Capez, após se reunir com associações de varejistas e de produtores.

'INTERVIR É ANDAR PARA TRÁS'

Vieira destaca, no entanto, que preço alto não é sinônimo de ilegalidade:

— É diferente termos um preço absurdo e abusivo. Para taxá-lo como abusivo, precisamos verificar se há cartel,

combinação de preço, aumentos excessivos de margem de lucro, práticas irregulares.

O economista André Braz, da Fundação Getúlio Vargas, pondera que nada indica abusividade, pois os grãos estão em alta no mundo inteiro, e o Brasil é afetado pelo efeito do câmbio. No curto prazo, diz, não há perspectiva de estabilidade ou queda de preços.

— Intervir em preços é andar para trás, é repetir o que fizemos com José Sarney, e em exemplos malsucedidos de Argentina e Venezuela. O maior controle é o feito pelo consumidor. Ao se negar a pagar caro por um produto e deixá-lo na prateleira, faz com que o mercado reveja a estratégia. A gente pode não impedir o aumento, mas pode impedir que ele se perpetue.

ENTREVISTA

Juliana Domingues, TITULAR DA SENACON

'FALAR EM USO POLÍTICO É MOSTRAR DESCONHECIMENTO'

LUCIANA CASEMIRO luciana@foto.com.br

Titular da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), órgão do Ministério da Justiça, Juliana Domingues, diz-se surpresa com a reação provocada pela notificação a produtores de alimentos e supermercadistas. Ela nega uso político do órgão.

Como a senhora reage às críticas de que a notificação de supermercado representa uso político do órgão, já que não há sinal de irregularidade nos aumentos de preços?

Recebi com muita surpresa essa reação. Falar em uso político é mostrar desconhe-

cimento da atuação da Senacon. Durante a pandemia mais de 400 notificações foram expedidas para empresas de diversos setores. Fomos provocados por Procons, Ministério Público do Consumidor e OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) a obter informações sobre as altas de produtos da cesta básica diante do aumento de queixas. Dentro do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) temos uma coordenação de estudos e monitoramento de mercado e pedimos informações a 64 grupos, entre produtores e

distribuidores de alimentos.

Há risco de tabelar preço?

O que fazemos é monitorar, ao identificar preços muito elevados e verificar se há prática abusiva, pedimos informação a toda a cadeia produtiva. O que estamos fazendo é averiguação de preço abusivo, feita em parceria com o Ministério da Economia. Jamais defendi tabelamento e não haverá interferência nos preços, essa não é a competência da Senacon.

Então qual é o objetivo da ação?

Temos obrigação de fazer

levantamentos e defender o consumidor. Isso não é intervir. Queremos entender o que causou a alta e, se não houver prática abusiva, verificar como melhorar o cenário. Por exemplo, no início da pandemia, quando subiu o preço do álcool gel e o produto sumiu das prateleiras, conversamos com a Arvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). A agência flexibilizou regras de produção e houve uma acomodação de mercado.

Qual é o próximo passo?

No dia 15, já com as informações nas mãos, vamos

realizar a reunião de um comitê criado para tratar do tema no Conselho Nacional de Defesa do Consumidor (CNDC), com a participação do Ministério da Agricultura, do Ministério da Economia, do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), de agências reguladoras. Ai poderemos avaliar quais medidas adotar.

A decisão pode ser deixar o mercado se autorregular?

Como se tratam de produtos básicos para o consumidor faremos todos os esforços para achar uma alternativa.

Governo avalia zerar tarifa de importação de soja

Medida, já adotada para o arroz, teria por objetivo aumentar a oferta do produto e, por consequência, reduzir preço. Analistas dizem, porém, que dólar valorizado torna mercado externo mais atraente. Cerca de 90% da produção este ano foram vendidos

ELIANE OLIVEIRA
eliane@globo.com.br
 BRASIL ENO

Sem planos de controlar diretamente a formação de preços dos alimentos e com os estoques cada vez mais baixos, o governo poderá repetir com a soja o que fez com o arroz na quarta-feira: reduzir a zero a tarifa de importação, hoje em 10%, até o fim deste ano, de uma quantidade limitada do produto que vier de países fora do Mercosul. A ideia é aumentar a oferta no mercado doméstico, o que contribuiria para reduzir o preço. Mas, segundo especialistas, com o dólar alto, o produto importado ainda chegaria aqui com preço elevado. O cenário cambial também estimula produtores brasileiros a exportarem soja.

No caso da soja, a avaliação é que a forte concentração das exportações para o mercado chinês poderá prejudicar as indústrias de óleo de soja e derivados do produto, também usado como ração animal. Os EUA poderiam fornecer o produto ao Brasil temporariamente com o imposto menor. Hoje, já se importa soja paraguaia.

Segundo uma fonte da área econômica, a combinação entre preços elevados dos alimentos no mercado externo e real desvalorizado frente ao dólar vai estimular ainda

PRATO TIPO EXPORTAÇÃO

Comportamento do dólar favorece a venda de produtos agrícolas ao exterior

Item	SOJA	ARROZ	AÇÚCAR	CARNE SUÍNA
Valor exportado (US\$)	25,6 bilhões	130 milhões	5 bilhões	1,4 bilhão
Variação 2020/2019	30,8%	163,7%	58,7%	55,1%
Principais mercados de destino	• China • Rússia • México • Turquia	• Venezuela • Costa Rica • Guatemala	• China • Argélia • Canadá • EUA	• China • Japão • EUA

Item	MILHO	CARNE BOVINA	LEITE	CARNE DE FRANGO
Valor exportado (US\$)	2,270 bilhões	4,8 bilhões	183 milhões	3,7 bilhões
Variação 2020/2019	-40,4%	29,7%	-9,9%	-12,1%
Principais mercados de destino	• Irã • Espanha • Japão	• China • Rússia • Egito	• Argentina • França • EUA	• China • Arábia Saudita • Japão

Fonte: Ministério da Economia

Editoria de Arte

mais as exportações do agronegócio, incluindo a soja. Com isso, o produto pode faltar ou ficar mais caro.

De acordo com Carlos Cogo, analista de mercado da Cogo Inteligência em Agromercado, 90% da safra de soja já foram vendidos:

— Temos apenas 10% da safra disponível no mercado até o fim do ano.

Segundo dados do Ministé-

rio da Economia, de janeiro a agosto deste ano, as importações de soja cresceram quase 300% em valor e 307% em volume frente ao mesmo período de 2019. Já as exportações aumentaram cerca de 30%.

O superintendente técnico da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Bruno Lucchi, explica que, no início da pandemia, muitas indústrias esma-

gadoras de soja reduziram a produção, diante da expectativa de uma forte queda na demanda. Mas esse cenário acabou não se confirmando, em razão do auxílio emergencial, que levou ao aumento do consumo pelas famílias.

— Se a indústria for comprar lá fora, terá que fazer isso em dólar, e o produto tem cotação internacional, o que significa alta de custos — diz Lucchi.

Ele lembra que, se de um lado o câmbio estimula as exportações, de outro encarece as importações. Além disso, o dólar valorizado aumenta os custos do produtor, já que o custo de sementes, defensivos agrícolas e outros insumos é referenciado em dólar.

— É uma tempestade perfeita — concorda Cogo.

O cenário o mais preocupante para o governo é este fim

de semestre, época de entressafra. Daí a isenção do Imposto de Importação de arroz vigorar apenas até dezembro. No início de 2021, começa a ser colhida a safra de grãos. Mas a aposta é que os preços dos alimentos comecem a ceder já neste mês.

Em uma rede social, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, garantiu não haver risco de faltar arroz e que os preços vão recuar em breve.

As exportações de arroz cresceram quase 170%, em volume, este ano.

— Não só o preço está bom para exportar, o câmbio também. O arroz faz parte do dia a dia do brasileiro, é preciso importar para suprir a demanda interna — disse o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro.

Lucchi vê o corte na tarifa de importação como inócuo. Cogo, por sua vez, acha que pode segurar a alta desenfreada.

Já o presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Guilherme Bastos, disse que os preços dos itens da cesta básica já estão chegando ao limite e devem começar a ceder em outubro.

E o IBGE informou que a produção agrícola deverá bater novo recorde este ano: 251,7 milhões de toneladas. (Colaborou Pedro Capetti)

ANALÍTICO

Ao tentar baixar preço do arroz, Bolsonaro compra briga no Mercosul

JANAÍNA FIGUEIREDO janaína.figueiredo@globo.com.br

O Mercosul definitivamente não vive seu melhor momento. Assim como a Argentina restringindo a entrada de importados, entre eles automóveis brasileiros, para priorizar a indústria nacional e a recuperação interna, o Brasil vai reduzir a tarifa de importação de arroz de países de fora do bloco, para tentar baixar o preço do produto no mercado interno. Justamente o ar-

roz, atualmente importado quase exclusivamente de Argentina, Uruguai e Paraguai.

O governo Jair Bolsonaro abriu uma frente de conflito externa para enfrentar um problema interno. Em 2019, a Argentina exportou cerca de 120 mil toneladas de arroz ao mercado brasileiro, o que representa 80% de suas vendas externas. O Uruguai, em torno de 108 mil toneladas, e o Para-

guai, 550 mil toneladas. Neste último caso, muitos produtores são brasileiros com terras no vizinho. Os três países são mais de 95% das importações de arroz no Brasil. Mas o alimento que vem de fora representa apenas 10% do consumido pelo brasileiro.

EUA e Índia são exemplos de eventuais competidores, caso as tarifas de importação sejam reduzidas. Há preocupação e desconforto pela maneira como o governo brasileiro anunciou a decisão. Os argentinos gostariam de ter sido consultados. Os produtores uruguaios prepararam carta a seu governo, pedindo que seja apresentada queixa ao Brasil, confirmou ao GLOBO Freddy Lago, presidente da Associação de Cultivadores de arroz do país. No

Paraguai, o clima é similar. Os chanceleres estão se falando. Francisco Bustillo, do Uruguai, ligou para o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo.

Todos asseguraram que a iniciativa do governo Bolsonaro, que teve a resistência, em princípio, da ministra da Agricultura, Tereza Cristina (com excelente relacionamento com os países afetados), vai criar distorções no mercado regional de arroz. E afirmam que, mais uma vez, houve pressão dos EUA, como ocorreu com o etanol (foi implementada cota isenta de tarifa de importação). Como se diz popularmente, o tempo fechou entre os sócios do Mercosul.

O GLOBO

Comércio cresce e supera efeitos da pandemia

Vendas têm alta de 5,2% em julho, melhor resultado para o mês em 21 anos, e levam governo a prever retomada mais rápida da economia. Com impacto do auxílio emergencial, supermercados sustentam desempenho do varejo

PEDRO CAPETTE
MARCELLO CORRÊA
@pedrocapette
@marcellocorrea

As vendas do comércio registraram em julho o melhor desempenho para o mês em 21 anos. Foi o terceiro mês seguido de expansão, com alta de 5,2% em relação a junho e de 5,5% sobre igual mês do ano passado. Os dados, divulgados ontem pelo IBGE, surpreenderam analistas que previam resultado mais modesto, em torno de 1%.

Com esse bom desempenho, o varejo compensou as perdas de março e abril. Está com as vendas 5,3% acima do patamar pré-pandemia e a apenas 0,1% do recorde da série histórica, registrado em outubro de 2014.

— É um número bastante surpreendente. Abrimos o segundo semestre de 2020 num contexto de aquecimento, mas que não é homogêneo — explica Cristiano Santos, gerente da Pesquisa de Comércio do IBGE.

A retomada do varejo está ancorada em poucos setores, de bens essenciais consumidos durante a pandemia, como hipermercados e farmácias, além de móveis e eletrodomésticos. Somente os supermercados correspondem a 52% do indicador do IBGE. Beneficiadas pelo aumento do consumo nas residências du-

rante a pandemia e pelo pagamento do auxílio emergencial, as vendas do segmento cresceram o suficiente para compensar as perdas dos outros ramos. Quando esse resultado se somou à reabertura dos outros negócios, os números do varejo ficaram positivos.

A adaptação ao e-commerce também tem impulsionado o varejo. Dados da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico indicam crescimento de 100% nas vendas de julho, na comparação com o mesmo período de 2019.

— Até junho, houve uma espécie de compensação do que ocorreu na pandemia, então em julho a recuperação já tem um excedente de crescimento — avalia Santos.

DESACELERAÇÃO À VISTA

Se considerado o varejo ampliado, que inclui venda de veículos e lojas de materiais de construção, o setor fica 2% abaixo do período pré-pandemia, uma vez que a venda de carros e motos está inferior ao nível de fevereiro. Já a comercialização de produtos para obras e reformas está acima do registrado no início do ano.

Apesar do otimismo, economistas afirmam que o varejo vai enfrentar desafios nos próximos meses, com a alta no desemprego e a redução do valor do auxílio emergencial. Na comparação mês a

ATIVIDADE EM RECUPERAÇÃO

Variação das vendas em relação ao mês anterior (Em %)



DESTAQUES DO MÊS

+25,2

Tecidos, vest. e calçados

+5,2

Móveis e eletrodomésticos

+25,1

Livros, jornais, rev. e papelaria

Fonte: IBGE

IBGE

mês, o crescimento vem diminuindo a cada divulgação do IBGE. Chegou a 13,3% em maio, e a 8,5%, em junho.

— O ritmo de expansão deve se mostrar um pouco menor, mas não prevemos queda do setor nos próximos meses. O grande risco fica para o período pós-pandêmico, quando os estímulos forem totalmente retirados — ressalta Lisandra Barbero, economista da XP Investimentos.

Após a divulgação do IBGE, o Ministério da Economia divulgou um relatório em que afirma já ser possível identificar a chamada recuperação "em V" da atividade econômica — jargão para retomada rápida após a crise.

— Os indicadores de atividade para os meses de junho e julho mostram que a economia brasileira está se recuperando rapidamente. As divulgações das pesquisas mensais realizadas pelo IBGE confirmaram algumas das projeções mais otimistas mostrando, por exemplo, para a indústria e comércio uma retomada em V", diz o documento, elaborado pela Secretaria de Política Econômica (SPE).

Na avaliação da SPE, os números são resultados de medidas emergenciais adotadas

pelo governo, principalmente a concessão do auxílio emergencial e a autorização para que empresas e empregados firmassem acordos de suspensão de contrato e redução de jornada, com cortes de salários parcialmente compensados pela União.

— Grande parte deste efeito (de auxílios) é transitório, o que deverá ser observado na desaceleração no ritmo de recuperação das vendas no varejo nos próximos meses.

A alta dos preços nos supermercados, por sua vez, não deverá ter grande impacto nas vendas de agosto e setembro, na avaliação de Lisandra, da XP. Segundo o IBGE, ainda não há reflexos do aumento da inflação de alimentos nos indicadores do varejo.

SEM EFEITO DOS PREÇOS

A SPE aponta ainda que outros dados, divulgados com maior frequência, reforçam a tendência de recuperação. "Os indicadores de alta frequência, como vendas em cartões, mostram que a recuperação continua para os meses do terceiro trimestre".

Para Victor Beyruti, economista da Guide Investimentos, sem retomada das contratações e dos salários, dificilmente a economia brasileira vai manter os níveis de consumo verificados antes da chegada do coronavírus.

— Grande parte deste efeito (de auxílios) é transitório, o que deverá ser observado na desaceleração no ritmo de recuperação das vendas no varejo nos próximos meses.

A alta dos preços nos supermercados, por sua vez, não deverá ter grande impacto nas vendas de agosto e setembro, na avaliação de Lisandra, da XP. Segundo o IBGE, ainda não há reflexos do aumento da inflação de alimentos nos indicadores do varejo.

O GLOBO

Salários sobem mais no Judiciário, estatais e MP

Levantamento do governo mostra que folha de pagamento da Justiça avançou 94,2% entre 2010 e 2019. No período, essa conta subiu 114% no Ministério Público da União e 265,5% no caso das empresas públicas

MARCELLO CORRÊA
marcello.corre@globo.com.br
BRASIL

Os gastos com pessoal no Poder Judiciário, Ministério Público da União e em estatais foram os que mais subiram entre 2010 e 2019, segundo dados do governo.

Frear progressões automáticas e as despesas com a folha de salários é um dos objetivos da reforma administrativa encaminhada ao Congresso, mas esses Poderes não estão incluídos integralmente nas mudanças elaboradas pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes.

De acordo com o levantamento, o gasto com o pagamento de salários no Judiciário registrou uma alta de 94,2% ao longo deste período. No Ministério Público, o aumento foi de 114%. Já nas empresas públicas, o avanço chegou a 265,5%.

Os dados foram antecipados ontem pelo jornal O Estado de S. Paulo. O levantamento, que incluiu gastos com ativos e inativos, também foi obtido pelo GLOBO.

As maiores variações fo-

ram registradas nas áreas onde os gastos, em valores absolutos, são mais baixos. No caso das estatais, que quase quadruplicaram as despesas com salários, o salto foi de R\$ 3,85 bilhões para R\$ 14,07 bilhões.

No Poder Executivo, a despesa com pessoal registrou alta de 75%, passando de R\$ 96,39 bilhões para um total de R\$ 169,07 bilhões.

A reforma administrativa encaminhada pelo governo na semana passada não afeta os chamados membros de Poder, como juízes e promotores. No entanto, atinge servidores dos Três Poderes, como funcionários que atuam nas áreas técnicas dos tribunais e procuradorias.

GASTOS MILITARES

Em entrevista ao GLOBO, o presidente da Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa, deputado Tiago Mitraud (Novo-MG), já afirmou que pretende incluir juízes e promotores na proposta, apesar do risco jurídico por causa de questionamentos sobre a interfe-



Mudanças no RH. Reforma administrativa do governo federal afetará apenas os futuros servidores dos Três Poderes

rência entre Poderes.

Já as estatais foram incluídas na reforma por meio de um dispositivo que anula acordos de estabilidade em empresas públicas, sociedades de economia mista e su-

as subsidiárias. Por lei, funcionários de companhias públicas não têm direito a estabilidade, mas essa regra é alvo frequente de disputas judiciais. O artigo, portanto, facilitaria demissões.

O diagnóstico aponta ainda uma alta nos gastos com as despesas de militares. Segundo o quadro, as despesas quase dobraram no período analisado (alta de 95%), saltando de R\$ 38,44 bilhões

para R\$ 74,97 bilhões.

Assim como juízes e promotores, os militares ficaram de fora da reforma. O governo explicou que integrantes das Forças Armadas não são considerados servidores públicos, por isso, não poderiam ser incluídos no pacote de mudanças apresentado ao Congresso.

A categoria foi alvo de uma revisão do plano de carreiras no ano passado que custou R\$ 86,85 bilhões, despesas compensado pela economia de R\$ 97,3 bilhões com mudanças nas regras previdenciárias.

Mesmo com o foco apenas nos servidores dos Três Poderes, a equipe econômica estima que a reforma, se for aprovada como apresentada, poderá gerar uma economia de R\$ 300 bilhões ao longo de uma década.

A reforma altera a Constituição para criar novas formas de ingresso no serviço público. Questões como salários e regras de promoção serão regulamentadas depois de aprovada a mudança constitucional.

Pedidos de seguro-desemprego têm terceira queda em agosto

Volume de pessoas que solicitaram benefício no ano soma 4,985 milhões

MARCELLO CORRÊA
marcello.corre@globo.com.br
BRASIL

O número de pedidos de seguro-desemprego no país recuou pela terceira mês seguido e ficou em 463.835 em agosto, queda de 18,7% em relação a julho.

O volume de solicitações é o menor desde dezembro, quando foram registrados 434.285 requerimentos. Os dados, divulgados ontem pelo Ministério da Econo-

mia, e sinalizam uma melhora gradual do mercado formal de trabalho.

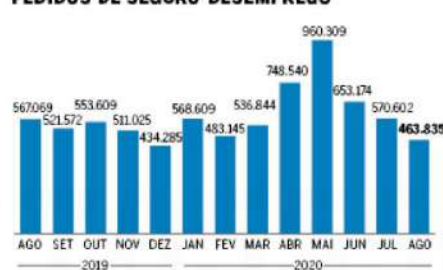
Apesar da queda, o contingente de brasileiros que já tiveram que recorrer ao benefício no acumulado do ano ainda é o maior desde 2016. Entre janeiro e agosto, foram 4,985 milhões de pedidos, alta de 7,5% em relação ao mesmo período do ano passado.

Questionado, o Ministério da Economia informou que não há represamento de pe-

didados. A dificuldade em obter o benefício chegou a apontar um número artificialmente baixo de solicitações do seguro em abril.

A queda na busca pelo auxílio está em linha com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Em julho, o saldo entre contratações e demissões no mercado formal ficou positivo pela primeira vez desde o início da pandemia, com a abertura de mais de

PEDIDOS DE SEGURO-DESEMPREGO



Fonte: Ministério da Economia

Editoria de Arte

131 mil vagas.

Pelos dados divulgados ontem, a queda no número de pedidos de seguro-desemprego foi observada em todos os setores da economia, seja na comparação com julho ou

com agosto do ano passado.

No setor de serviços, os requerimentos ficaram em 200.569, queda de 11,6% frente agosto de 2019. No comércio, foram registradas 122.243 solicitações, recuo

de 23,5% no mesmo período.

Dados mais amplos do mercado de trabalho, que incluem informais, indicam, no entanto, que o desemprego ainda está em alta. Segundo os números mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE, a taxa de desemprego no país subiu para 13,1% em julho. Ao todo, 12,3 milhões de brasileiros estão sem emprego.

A melhora no mercado formal é atribuída a medidas emergenciais do governo, principalmente a autorização para acordos de suspensão de contrato e redução de jornada. Especialistas têm alertado que é preciso observar o comportamento das demissões após o fim desses acordos.

Veículo: Estadão	
Data: .11.09.2020	Caderno: Economia



A exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins e seus reflexos no setor elétrico

Carlos Augusto Tortoro Júnior, Danilo Vicari Crastelo e Paola Andrade*

11 de setembro de 2020 | 10h00

Há três anos, o STF julgou com repercussão geral uma das mais relevantes discussões tributárias dos últimos tempos, firmando o entendimento de que o ICMS, por ser receita do ente estatal e apenas transitar pelos cofres do contribuinte, não deve ser incluído na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS.

Ainda que o processo (RE nº 574.706/PR – Tema 69) não tenha transitado em julgado, restando pendente a apreciação de embargos de declaração opostos pela PGFN com o fim de elucidar alguns parâmetros da decisão e modular seus efeitos, é incontroverso que, a partir dele, algumas modificações na carga tributária das empresas ocorrerão e o setor elétrico também será substancialmente influenciado.

Após ser procurada por diversas distribuidoras de energia para discutir sobre a questão tributária gerada pela decisão, a ANEEL, através da Tomada de Subsídios nº 005/2020, oportunizou um espaço para essas

companhias enviarem suas opiniões a fim de contribuírem com a formulação de uma manifestação padronizada da agência reguladora, que se baseará nas premissas de (i) como devolver ao contribuinte os créditos por elas obtidos; (ii) qual o prazo de conclusão desta devolução e (iii) como dar reconhecimento àquelas que demandaram judicialmente em prol do consumidor.

O impacto no setor elétrico é certo, pois conforme disciplina a legislação, o valor da energia que chega aos consumidores é composto pelo custo da sua geração e do transporte até os respectivos estabelecimentos, acrescido, ainda, dos encargos e tributos inerentes a esta operação.

Em outras palavras, na conta de energia elétrica que todo consumidor recebe mensalmente há inequívoca incidência de ICMS, PIS e COFINS englobados em seu preço final, sendo esta uma previsão legal com o intuito de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro e as condições do edital de licitação das companhias distribuidoras, a fim de que possam obter sempre os recursos necessários para cobrir seus custos de operação, bem como possibilitar àqueles que consomem a energia uma prestação contínua e com qualidade.

A partir do momento que se exclui uma parcela antes computada na base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS (no caso, o ICMS), inevitavelmente se reduz o montante final dos tributos englobados na tarifa de energia elétrica, e, conseqüentemente, a conta chegará um pouco mais barata ao consumidor final, que é o contribuinte de fato dessas exações.

Neste ponto, importante demonstrar a diferença entre os conceitos de “contribuinte de direito e contribuinte de fato” nos chamados tributos indiretos, pois quem expressamente consta na letra da lei como sujeito passivo da obrigação tributária é o chamado “contribuinte de direito”, aquele que calcula o montante e o recolhe ao Fisco, ou seja, é quem tem legitimidade para ingressar em juízo com o intuito de discutir ou demandar uma solução do Poder Judiciário.

Os contribuintes de fato, como exemplo, os consumidores de energia elétrica, apesar de não figurarem como sujeitos passivos na norma e não serem eles que diretamente pagam o tributo aos órgãos fazendários, em definitivo são os que sofrem o impacto econômico da exação no preço do produto que consomem.

Com a decisão do STF excluindo o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, nada mais coerente e justo que os valores anteriormente pagos a mais à título dessas contribuições voltem aos bolsos de quem efetivamente bancou o preço da tarifa de energia elétrica inadequadamente majorada pela interpretação inconstitucional feita pelo Fisco, ou seja, os contribuintes.

Por outro lado, as distribuidoras de energia elétrica que, de forma ativa e diligente, litigaram por anos perante o Poder Judiciário com o fim de ver a base de cálculo dessas contribuições readequadas, excluindo-se o imposto estadual, merecem que a ANEEL as garanta um bônus ou prêmio como medida de incentivo por terem se arriscado a demandar sobre a questão, tal como preconiza a lei que disciplina o regime de concessões de serviços públicos de energia elétrica.

Com a decisão da Corte Suprema à favor do contribuinte, justo se afigura o ganho de ambos os lados: primeiramente, aos consumidores, que verão suas contas de energia elétrica diminuídas, sendo que, para aqueles que estão localizados nas áreas de concessão de companhias distribuidoras que ingressaram com ações dessa natureza, seja implementada uma forma segura e técnica, respeitando os prazos prescricionais, de se devolver o indébito apurado. Para as distribuidoras, uma bonificação adequada a fim de as incentivar sempre a implementarem políticas de boas práticas e a investirem em atitudes que beneficiem seus clientes.

Em relação aos consumidores que são atendidos por companhias que não demandaram em juízo sobre a questão, não há o que se falar em restituição de valores, porém, estes também serão posteriormente beneficiados pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS a partir do trânsito em julgado do recurso no STF.

Defender o ressarcimento deste indébito ao consumidor final e a bonificação às diligentes companhias distribuidoras é prática coerente que deve ser adotada pela ANEEL com o intuito de resguardar toda a cadeia de consumo de energia elétrica, que tanto contribui para o desenvolvimento econômico brasileiro.

***Carlos Augusto Tortoro Júnior, Danilo Vicari Crastelo e Paola Andrade, sócios e advogada do Tortoro, Madureira & Ragazzi**

Veículo: Estadão	
Data: .11.09.2020	Caderno: Economia



A reforma realista

O momento não é de experimentalismos ou de apostas arriscadas para a economia brasileira, mas de realismo e senso prático. Criar um imposto único, nos moldes de um Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, não é a única nem a melhor saída, mas sim corrigir e simplificar os problemas dos tributos atuais

Pedro Pedrossian Neto e Alberto Macedo*

11 de setembro de 2020 | 06h00

As PEC 45 e 110, embora apelem às vantagens intrínsecas de um imposto único, ou dual, nada têm de simples ou funcional. Além de não se basearem em dados de economia real, não é minimamente razoável conviver com dois sistemas tributários rodando em paralelo – os tributos atuais gradativamente diminuindo suas alíquotas até a sua extinção, enquanto o IBS aumentaria suas alíquotas até finalmente substituí-los – seja por dois, cinco ou dez anos. Não é preciso muita imaginação para compor o quadro caótico de obrigações tributárias que adviria com a implantação dessas propostas.

Além disso, elas não são neutras do ponto de vista fiscal, pois aumentam a carga de impostos sobre o setor de serviços de maneira expressiva, justamente o setor que mais emprega. Planos de saúde, mensalidades escolares, transporte coletivo – para ficar em exemplos de peso no orçamento doméstico – passariam a conviver com alíquotas entre 25% e 30%, enquanto hoje pagam cerca de 1/3 disso.

Por último, elas rompem com o pacto federativo ao retirar a autonomia financeira dos municípios, já que estes perderiam a competência tributária de cobrar o ISS, justamente o imposto mais promissor. Como resultado, as cidades figurariam como “meras autarquias” a depender de repasses de outros entes da federação. As despesas com saúde, educação, assistência social e demais serviços públicos sofreriam de um grave sub-financiamento já no curto prazo.

A proposta do Simplifica Já, protocolada recentemente no Senado Federal, reforma o sistema brasileiro em três eixos principais. No federal, unifica o PIS e a COFINS, acabando com seus mais de cem regimes especiais. Similar à CBS, poderia sem dificuldades “acoplar-se” à que tem sido advogada pela equipe do ministro Paulo Guedes, mediante pequenos ajustes.

No eixo estadual, cria uma Lei Complementar nacional única que substitui as 27 legislações estaduais do ICMS e assim encerra a infinidade de regimes especiais criados pelos Estados para competir na guerra fiscal. Ao mudar a competência da cobrança deste imposto do Estado de origem, onde o produto é fabricado, para o Estado de destino, onde ele é efetivamente consumido, torna sem efeito os

chamados “créditos presumidos” dados como uma espécie de “subsídio” aos fabricantes.

Para compensar os Estados produtores, o novo ICMS do “Simplifica Já” teria regras de repartição entre origem e destino por tempo suficientemente longo para permitir o ajuste fiscal dos Estados com potencial perda de receita sem maiores traumas. Se, nesse contexto, puder a União acenar aos governadores com fundos constitucionais compensatórios ou de desenvolvimento regional, facilita-se o convencimento dos eventualmente reticentes, mas esse não é, necessariamente, um pré-requisito da proposta.

Outras novidades são a abolição da cobrança do ICMS “por dentro” – prática na qual o imposto integra a sua própria base de cálculo –, a fixação de faixas homogêneas do imposto por Resolução do Senado, sem possibilidade de redução de base de cálculo pelos Estados, e a substituição do “crédito físico” pelo “crédito financeiro”, onde todas as aquisições de mercadorias dariam direito a crédito.

Para o ISS dos municípios, o Simplifica Já estabelece a unificação de 5.570 legislações municipais em prol de uma única lei nacional que disciplinaria a cobrança do imposto preponderantemente no destino, com alíquota única por Município. Outra vantagem seria a implementação de uma nota fiscal eletrônica nacional única, que aliás já está pronta, bem como a desburocratização das chamadas “obrigações acessórias” – tão penosas para o contribuinte como o próprio imposto.

Nada do que está sobre a mesa na proposta do Simplifica Já prejudica os contribuintes, cria tributos, aumenta a carga tributária, altera os

preços relativos da economia ou fere o pacto federativo. É uma proposta realista, de viés pragmático, e que entrega um sistema tributário funcional e competitivo para o Brasil voltar a crescer.

***Pedro Pedrossian Neto, secretário municipal de Finanças e Planejamento de Campo Grande MS, Mestre em Economia Política pela PUC-SP**

***Alberto Macedo, professor do Insper e FIPECAFI, Mestre e Doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela USP**

CBS de 12% não é precisa, admite governo

Envio de informações atendeu a requerimento do PT

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília

11/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O Ministério da Economia admitiu, em nota técnica enviada ontem à Câmara dos Deputados, que o cálculo que estabeleceu a alíquota de 12% para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirá o PIS e Cofins na reforma tributária proposta pelo governo, não é completamente preciso e desaconselhou os setores a calcularem os efeitos em suas empresas.

“Com o intuito de minimizar os impactos de tais incertezas, buscou-se, sempre que possível, gerar estimativas para uma série temporal. Não obstante tais cuidados, não se deve ignorar que as estimativas realizadas comportam uma margem de erro que, em razão dos elevados montantes envolvidos nas simulações, podem representar afastamentos significativos em termos absolutos”, diz o documento. “Todos esses aspectos [elencados na nota], além de outros aqui não detalhados, contribuem para reduzir a robustez e precisão na estimativa da alíquota”, finaliza.

O documento foi uma resposta a requerimento da bancada do PT na Câmara, que questionou o governo sobre como se chegou a alíquota de 12% para a CBS e cobrou que fossem detalhados a “metodologia, conceitos, raciais utilizados no cálculo”, com cópia dos pareceres e notas técnicas que corroborassem esse número. A Secretaria da Receita Federal, que respondeu em nome do ministério, não enviou os pareceres, mas apenas um documento explicando as projeções do PIS/Cofins, os principais pontos da proposta e um power point com a apresentação do PL.



Ado by Teade

No capítulo “características e limitações do modelo das estimativas”, a Receita diz que a CBS provoca mudanças grandes e ambiciosas na estrutura da tributação do consumo, o que contribuiu para “reduzir a robustez e precisão na estimativa da alíquota”. A estimativa é que o novo imposto arrecade R\$ 335,4 bilhões em 2021 - no ano passado, PIS/Cofins somaram R\$ 319 bilhões.

O projeto aumenta alíquota nominal dos atuais 3,65%, no regime cumulativo, ou 9,25%, no regime não cumulativo, para uma taxa geral de 12%. Segundo o texto, isso ocorrerá por causa da cobrança “por fora do tributo (sem incluir outros impostos na base de cálculo, como ICMS e ISS), as compensações decorrentes da restituição da CBS as pessoas físicas e a ampliação do uso de créditos. Mas este último ponto, destaca o documento, tornou mais difícil e imprecisa a conta.

De acordo com a Receita, um dos desafios foi identificar e computar as parcelas dos custos e despesas que a legislação atual proíbe utilizar como créditos e que o projeto liberaria. Outra questão complexa foi medir a dinâmica de transferência dos créditos entre empresas dos diferentes regimes (Lucro Presumido, Lucro Real e Simples).

O modelo também não incorporou uma “matriz insumo-produto que conectasse transversalmente todos os setores econômicos” porque essa informação não existe. “A dificuldade da incorporação de tal matriz deve ser evidente: ela relaciona insumos a produtos, enquanto a informação constante das bases da Receita Federal encontra-se distribuída por empresas, sem qualquer nexos necessário com produtos e/ou insumos”, diz a nota.

O texto recomenda “evitar” análises setoriais e que o modelo não é adequado para “estimativas microeconômicas ou macroeconômicas desagregadas, como geralmente é o caso das alterações propostas” em projetos como este. Qualquer alteração, afirma a Receita, “perturbará o equilíbrio obtido na modelagem original, comprometendo sua premissa básica”.

A promessa do governo é que o projeto nem elevará nem diminuirá a carga tributária global, embora tenha impacto diferenciado em cada uma das atividades da economia e até em empresas da mesma área. Diversos setores, como educação, saúde e transportes, têm feito contas próprias e acusado aumento dos custos e dito que isso será repassado para os consumidores. Já os formuladores da CBS dizem que a nova sistemática de créditos aliviará esses impactos.

O deputado Afonso Florence (PT-BA), autor do requerimento junto com o líder do PT na Câmara, Ênio Verri (PR), reuniu-se ontem com técnicos para analisar o documento com técnicos e estuda questionar o governo pela falta de resposta. “Não tem nenhum dado ali que já não seja público, não tem a modelagem. Fizeram uma defesa política do projeto, o que é uma pena porque dificulta a capacidade deles convencerem sobre a CBS, que nós não somos a rigor contrários”, disse. Ele lembrou que o ministro da Economia, Paulo Guedes, já disse que se os 12% “forem exagerados, a gente baixa”, numa sinalização de que o valor está acima do necessário.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Embarque pela porta da frente na Van 19+1!
MERCEDES-BENZ NOVA SPRINTER

LINK PATROCINADO

Compre com bônus de até R\$ 15 mil!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta
TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

Com R\$ 57 bi na mira, desindexar mínimo entra em discussão

Tema, porém, é polêmico e não há consenso nem na própria equipe econômica

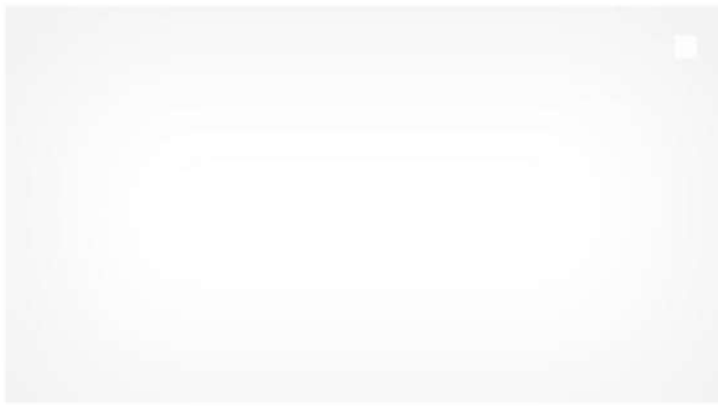
Por **Fabio Graner** — De Brasília

11/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A equipe econômica discutiu nos últimos dias a possibilidade de estender para o salário mínimo a ideia de desindexação das despesas por dois anos. A medida, segundo cálculos de integrantes da equipe econômica, abriria um espaço fiscal de R\$ 57 bilhões, sendo R\$ 17 bilhões em 2021 e R\$ 40 bilhões no ano seguinte.

A ideia foi levantada recentemente em conjunto com a proposta de inclusão do Renda Brasil na PEC do Pacto Federativo. Após o veto do presidente Jair Bolsonaro ao uso do abono como fonte de financiamento para o novo programa social, o Renda Brasil chegou a sair da mesa de negociações da nova PEC. Mas agora voltou diante da avaliação de que será preciso também dar uma notícia positiva dentro de um conjunto de medidas de austeridade fiscal. E, com isso, entrou em cena a ideia de ampliar a desindexação, que na proposta original não incluía o salário mínimo e os benefícios atrelados a ele.

Segundo fontes, a decisão de incluir o comando para o Renda Brasil no texto já estaria tomada (embora, diante das idas e vindas recentes, não se pode tomar como garantida). Mas a possibilidade de uma desindexação mais ampla, ainda não. E dependerá de novas conversas internas no próprio governo e com o relator da PEC do Pacto Federativo, senador Márcio Bittar (MDB-AC).



O tema é polêmico e não há consenso nem na própria equipe econômica, que sabe do potencial de conflito político. Afinal, significaria aceitar uma perda de poder de compra do salário mínimo, ainda que temporária, reduzindo em termos reais o valor de aposentadorias e benefícios assistenciais, como o BPC. E, dada a dificuldade que a proposta de usar o abono salarial enfrentou com o próprio presidente Jair Bolsonaro, o cenário para eventual adoção dessa medida é bastante incerto.

Por outro lado, na leitura de alguns técnicos do governo, a desindexação temporária do salário mínimo seria positiva porque permitiria uma abertura de espaço fiscal maior do que o abono, com um impacto individual no cidadão efetivamente menor. Além disso, há uma visão de que aumentos no salário mínimo estimulariam a informalidade e o desemprego, questões que se tornaram mais relevantes diante dos efeitos econômicos da pandemia do coronavírus, e que a manutenção do seu valor nominal ajudaria a gerar vagas.

As discussões sobre o novo desenho da PEC do Pacto Federativo estão mobilizando os técnicos do governo e do Congresso nas últimas semanas. Ela é a principal aposta do governo para promover o que se convencionou chamar de “rebaixamento do piso” do teto de gastos, o que evitaria uma compressão exagerada de investimentos e outras despesas da máquina e ainda abriria espaço fiscal para reforçar o sucessor do Bolsa Família.

Outros aspectos estavam sendo incluídos nos debates para formatação do texto a ser apresentado. Um deles é a troca da “regra de ouro” das contas públicas pelo indicador de relação entre despesas e a receita líquida da União. Originalmente, essa formatação era apenas para Estados e municípios, mas deve incluir a União também.

O governo e o Congresso também estudam estabelecer travas para pagamentos de “penduricalhos” a servidores públicos de todos os Poderes, de forma a limitar fortemente os casos em que funcionários receberão acima do teto remuneratório, que é o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), de R\$ 39,2 mil. O alvo principal são os supersalários do Judiciário, que ficaram de fora da PEC da Reforma Administrativa.

As negociações entre governo e Congresso estavam avançando bem nos outros “D” da estratégia DDD (desvincular, desindexar e desobrigar). Nesse sentido, a tendência era que a nova proposta eliminasse os mínimos a serem gastos com saúde e educação. A lógica é que é preciso desamarrar os gestores, principalmente dos governos subnacionais, para agir conforme a leitura das necessidades mais urgentes de ação do Estado.

Uma fonte aponta que a atuação na pandemia tem como legado a ampliação de capacidade de atendimento de hospitais, que reduziriam a necessidade de recursos para investimentos nesse setor. Além disso, na educação haverá um megarreforço orçamentário com o Fundeb nos próximos anos, o que poderia liberar recursos de outras rubricas. Outro elemento apontado é que muitas vezes a exigência de gastos tem sido fonte de corrupção, porque, ao obrigar despesas que não seriam necessárias, facilitaria esquemas ilegais.

As negociações também estavam retirando de cena a ideia de extinguir municípios. Em compensação, deve haver um comando para redução de gastos com câmaras de vereadores, propondo um corte de duas vagas por município e uma diminuição total de mais de 10 mil vereadores no país.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Novo Luna Absoluta
NATURA

LINK PATROCINADO

Quando o zumbido não para faça isso agora
TINNITUS PRO

Decisão do Supremo exige certidão fiscal de empresa em recuperação

Entendimento do atual presidente, ministro Luiz Fux, contraria jurisprudência

Por Joice Bacelo — De Brasília

11/09/2020 05h01 · Atualizado há 33 minutos



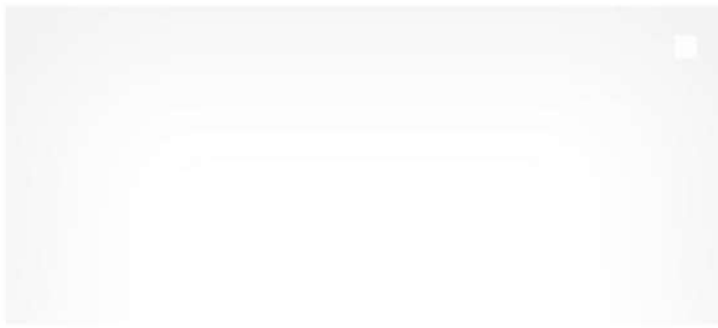


Paulo Mendes: não se consegue cobrar crédito público de empresa em recuperação — Foto: Divulgação

Uma decisão do ministro Luiz Fux, que assumiu ontem a presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), caiu como uma bomba no mercado de recuperações judiciais. Ele afirma que a empresa precisa estar em dia com as suas obrigações fiscais para que o processo de recuperação seja aceito na Justiça.

A apresentação de Certidão Negativa de Débitos (CND) consta na Lei de Falências e Recuperações Judiciais (nº 11.101, de 2005) como um dos requisitos ao processo. Mas essa regra, desde sempre, foi flexibilizada pelos tribunais estaduais e também pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Advogados dizem que são raríssimos os casos de empresas em crise com o pagamento dos tributos em dia. “A primeira coisa que se deixa de pagar é tributo. Quando o contribuinte chega no momento de pedir recuperação judicial é porque ele está numa situação muito grave, já não consegue mais pagar fornecedores e corre o risco de atrasar salários”, afirma Luiz Gustavo Bichara, sócio do Bichara Advogados.



Os juízes vinham flexibilizando a regra que exige a apresentação da CND com o argumento de que não havia um parcelamento de dívidas tributárias adequado para as empresas em recuperação judicial.

Até 2014 não existia nenhum. Naquele ano foi editada a Lei nº 13.043, que passou a permitir o pagamento em até 84 vezes. Mas esse parcelamento foi considerado insuficiente, pior do que qualquer Refis oferecido na época, e não pegou no mercado.

As decisões levavam em conta o artigo 47 da Lei nº 11.101, de 2005. Consta que o processo de recuperação judicial tem como finalidade viabilizar a preservação da empresa e a sua função social - mantendo empregos e, com o pagamento dos credores, fazendo a economia girar. Esse artigo, se aplicado o princípio da proporcionalidade, se sobrepõe ao 57, que trata da obrigação de regularidade fiscal.

O procurador Paulo Mendes, que coordena a atuação da PGFN no Supremo, afirma que essa jurisprudência acabou fazendo com que um crédito com prerrogativas de pagamento fosse desconsiderado. Ele diz que essa situação deixou o Fisco no “pior dos mundos”.

“Porque não pode participar do processo de recuperação, não há margem legal para isso, e porque não consegue receber. As execuções fiscais ficam todas suspensas. Não se consegue cobrar crédito público de empresa em recuperação judicial”, diz Mendes.

A decisão do ministro Luiz Fux, em sentido contrário à jurisprudência, foi proferida em caráter liminar. Ele julgou pedido da Fazenda Nacional contra acórdão da 3ª Turma do STJ que dispensou a apresentação de CND por uma indústria paulista que

produz equipamentos para o setor sucroenergético (Reclamação 431 69). A empresa acumula um passivo fiscal de mais de R\$ 40 milhões.

Fux afirma que na época em que a Corte Especial do STJ fixou entendimento para afastar a exigência da CND não havia ainda sido editado o parcelamento de 2014 e que depois o colegiado não revisitou o tema.

O caso julgado pela turma, acrescenta, faz parte desta segunda etapa - após o parcelamento de 2014. Fux, entende, com base na Súmula Vinculante nº 10, editada pelo STF, que somente a Corte Especial do STJ teria competência para definir a questão.

Essa súmula proíbe órgão fracionário de tribunal de afastar a incidência de lei ou ato normativo do poder público, mesmo que não declare expressamente a sua inconstitucionalidade.

O ministro chama a atenção ainda que foi editada, recentemente, uma outra possibilidade de parcelamento - mais benéfico que o de 2014. Trata-se da Lei nº 13.988, de abril deste ano. A norma permite que a União negocie os pagamentos, podendo oferecer descontos de até 70% em juros e multas e parcelamento em até 145 meses.

“É possível vislumbrar, em âmbito federal, a expedição da certidão de regularidade fiscal ao devedor que realiza a transação tributária com o Fisco nos termos da nova lei”, frisa Fux na decisão.

Essa decisão, se replicada, vai obrigar as empresas a baterem na porta do Fisco. Pelo artigo 57 da Lei de Falências, o documento de regularidade fiscal precisa ser apresentado no momento em que é juntado nos autos o plano de pagamento aprovado pelos credores sujeitos ao processo de recuperação.

Significa que, após entrar com o pedido de recuperação, a companhia terá que trilhar dois caminhos: a negociação com os credores particulares e com o Fisco. Só assim ela conseguirá, no momento de validação do plano - quando ocorre a

concessão da recuperação judicial - estar em dia com o Fisco e não ter empecilho para seguir com o processo.

Mas esse caminho pode não ser fácil nem eficaz. A advogada Juliana Bumachar, do Bumachar Advogados Associados, cita o exemplo de um de seus clientes que não conseguiu aderir ao parcelamento.

Ela detalha que a companhia, quando entrou com o pedido de recuperação, apresentou liminar para aderir ao parcelamento da lei de 2014 e, paralelamente, pediu a liberação de penhora sobre seus bens.

Praticamente todo o seu estoque de matéria-prima estava retido e se a penhora fosse mantida a companhia dificilmente sobreviveria. "Era necessária para o giro da empresa", diz Juliana. A empresa conseguiu a liberação dos bens, mas justamente por esse motivo, o parcelamento acabou sendo negado.

As empresas que já estão em processo de recuperação judicial são as que mais correm riscos com a decisão do ministro Fux, diz a advogada Ana Carolina Monteiro, do escritório Kincaid Mendes Vianna.

"Imagine uma empresa que está com o plano homologado e pagando os seus credores", diz. "A partir do momento em que se traz essa obrigatoriedade, a homologação do plano fica suspensa até que ela consiga regularizar a situação fiscal. Se não conseguir corre o risco de ir à falência."

Advogados que atuam na área de insolvência consideraram a decisão de Fux como "inoportuna" e "precipitada". Especialmente porque há um projeto de lei, o PL 6.229, em tramitação no Congresso para reformar a Lei de Falências e Recuperações Judiciais.

Consta um capítulo específico sobre as dívidas fiscais. O Fisco ofereceria um parcelamento mais vantajoso e, como contrapartida, no caso de inadimplência, poderia pedir a falência da empresa. Esse projeto foi aprovado na Câmara e, agora, está em análise no Senado.

Divergências criam dúvida sobre derrubada do veto à desoneração

Governo pode ir ao STF se Congresso reverter decisão de Bolsonaro

Por Fabio Murakawa, Fabio Graner, Vandson Lima e Renan Truffi — De Brasília

11/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Paulo Guedes é contra a derrubada do veto, defendendo desoneração mais ampla a ser incluída na PEC do Pacto Federativo — Foto: Pablo Jacob/Agência O Globo

Divergências entre áreas do governo e também na articulação política do Palácio do Planalto criaram incertezas quanto ao veto presidencial à prorrogação da desoneração da folha de 17 setores da economia em 2021. O benefício fiscal termina em 31 de dezembro deste ano, mas o Congresso Nacional aprovou lei estendendo-o até o fim de 2021. O presidente Jair Bolsonaro decidiu vetar o dispositivo e, agora, parlamentares de vários partidos se articulavam para derrubar o veto.

Na terça-feira, o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), informou ao **Valor** que o governo concordou em abrir mão do veto, desde que o Legislativo se comprometesse a votar as reformas administrativa e tributária. Ele revelou que encaminharia acordo às lideranças partidárias com essa orientação na próxima semana.

Ontem, aparentemente, a orientação mudou. Auxiliares do presidente informaram que o governo recorrerá ao Supremo Tribunal Federal (STF), caso o Congresso derrube o veto. Para evitar a judicialização, o Palácio do Planalto estaria tentando costurar acordo com deputados e senadores para que o veto seja mantido, e uma desoneração mais ampla seja incluída na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Pacto Federativo.

Essa solução não é unanimidade entre os articuladores do governo, mas indica que prevalece no momento a posição defendida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Uma ideia que circula no Ministério da Economia e no Planalto é que a desoneração, mais ampla, seja financiada dentro da PEC por meio do imposto eletrônico, ou a “nova CPMF”.

“Há um parecer jurídico da AGU de que a desoneração, como está hoje, é inconstitucional por causa da reforma da Previdência. Então, corre-se o risco de o Congresso derrubar esse veto da desoneração e o governo recorrer ao STF”, disse um ministro. A reforma da Previdência veda novas desonerações, mas há a interpretação no Congresso de que o benefício não é novo e, sim, prorrogação do que já existe.

Pelos planos do governo, disse esse ministro, vota-se o Pacto Federativo até no máximo novembro, e isso “resolve o problema de todo o mundo”. “Resolve o

problema da desoneração, resolve o Renda Brasil, resolve para investimento, resolve para todo mundo, porque com tudo isso vai ter um déficit de R\$ 30 bilhões”, afirmou a fonte.

Guedes continua resistente à derrubada do veto à desoneração. A avaliação é que a configuração atual tem problemas porque é restrita a alguns setores, fazendo com que parte da sociedade subsidie outra parcela da população, em alguns casos até mais bem remuneradas do que outras. Outro fator é que a medida retira espaço do teto de gastos, já que a desoneração tem uma contrapartida de despesa do Tesouro para a Previdência.

A costura política desse tema, contudo, não está mais diretamente sendo trabalhada por Guedes e sua equipe. Os técnicos da Economia têm apresentado ao Planalto, principalmente junto ao ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, seus argumentos contrários à derrubada do veto, inclusive em reunião que também envolveu os líderes partidários.

A inclusão da desoneração na PEC do Pacto Federativo possivelmente será discutida diretamente entre o relator da matéria, senador Marcio Bittar (MDB-AC), e Bolsonaro, segundo fontes informaram ao **Valor**. Apesar de ser contra a derrubada do veto presidencial, a equipe econômica percebe que a pressão está forte e sabe da dificuldade política para manter o fim desse benefício.

O sonho do time de Guedes era uma desoneração horizontal, da folha de pagamentos, sem distinção de setores, que seria financiada pela nova CPMF. O avanço disso, contudo, depende de superar resistências de lideranças, como o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e dos próprios articuladores da PEC, que temem que o excesso de assuntos polêmicos coloque tudo a perder.

Com o veto derrubado, a desoneração da folha para os 17 setores teria validade por mais um ano. Os segmentos beneficiados têm alegado que, sem isso, haverá fechamento em massa de postos de trabalho. E também há reclamações pela falta de definição sobre o tema, que dificulta o planejamento orçamentário das empresas para o próximo ano.

A intenção do governo de judicializar uma possível derrubada do veto sobre a desoneração da folha de pagamento pegou de surpresa integrantes da própria base aliada. Em caráter reservado, interlocutores disseram que a afirmação mostra que o assunto está longe de ser resolvido, o que pode complicar a votação do veto nos próximos dias.

Ontem, o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR) disse que o argumento para a derrubada seria que os congressistas aprovaram renúncia de receita sem que uma nova fonte fosse indicada.

De acordo com fontes no Congresso, a nova declaração vai na contramão do que estava sendo discutido, nos bastidores, entre senadores e deputados. “Está cada um vestindo óculos diferentes. Isso só reforça que a solução está mais distante”, disse um interlocutor.

Como mostrou o **Valor** na terça-feira, alguns líderes do governo já estão aceitando a derrubada do veto que impede a prorrogação da desoneração da folha para os 17 setores. Em troca, trabalhavam justamente para que o Congresso assumisse o compromisso com a votação, ainda neste ano, das reformas tributária e administrativa, da PEC do Pacto e de medidas de estímulo à economia.

A derrubada do veto pode garantir a manutenção de cerca de 6 milhões de empregos, mas tem custo estimado de R\$ 10,2 bilhões, segundo cálculos da equipe econômica. Por causa disso, o governo já havia iniciado conversas para que fosse combinado algum tipo de compensação, como a aprovação das reformas.

Sejam quais forem as fontes de financiamento, a expectativa do Palácio do Planalto é que a PEC do Pacto Federativo solucione o problema da falta de recursos para obras e para o Renda Brasil, que o presidente Jair Bolsonaro pretende lançar em substituição ao Bolsa Família. Mas por causa do teto de gastos não bastam essas despesas serem financiadas com tributos. Será necessário fazer cortes em outras áreas do Orçamento.

Economia pede explicações a Ministério da Justiça sobre notificação a mercados

O ofício foi enviado anteontem e é assinado pelo secretário de Acompanhamento Econômico da pasta, Geanluca Lorenzon

Por **Fabio Graner e Matheus Schuch** — De Brasília

11/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Bolsonaro disse ontem que foi consultado e autorizou a ação do Ministério da Justiça de notificar supermercados — Foto: Marcos Corrêa/PR

O Ministério da Economia pediu explicações ao Ministério da Justiça sobre a decisão de notificar os supermercados pela alta de preços do arroz e outros itens da cesta básica. O ofício foi enviado anteontem e é assinado pelo secretário de Acompanhamento Econômico da pasta, Geanluca Lorenzon. O movimento da

Justiça, contudo, teve aval do presidente Jair Bolsonaro, como ele mesmo admitiu ontem à noite em uma transmissão ao vivo na internet.

O texto da área econômica elenca uma série de razões para a cobrança de explicações à Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor (Senacon), da Justiça. Uma delas diz: “Considerando que ameaçar os agentes econômicos por elevar seus preços em tal situação, impondo-lhes o ônus de demonstrar a justeza da sua conduta, quando inexistem critérios objetivos para tais justificações (nem pode haver), equivale a produzir um incentivo para que os agentes econômicos não imbuídos de uma atitude oportunista se intimidem e temam ser acusados e processados”.

O Ministério da Economia declarou que “medidas de controle, restrição ou direcionamento de preços exercem efeitos prejudiciais sobre a reputação da economia brasileira e de suas instituições”. E considerou medidas de controle, restrição ou direcionamento de preços geram “consequências nefastas” e resultam “no encaminhamento de agentes econômicos para o mercado informal, gerando inclusive escassez ao consumidor ordinário”.

O documento da pasta comandada pelo ministro Paulo Guedes começa com uma epígrafe do economista Friedrich Hayek, prêmio Nobel de Economia em 1974 e um dos ícones do liberalismo econômico: “Quanto mais o Estado planeja, mais difícil se torna para o indivíduo traçar seus próprios planos”. Hayek escreveu o livro “O Caminho da Servidão”, em que ataca o modelo econômico socialista, e vez ou outra Guedes usa a expressão “caminho da prosperidade” para defender seu programa liberal.

O vazamento do ofício criou constrangimento no governo. A ação da Justiça foi destaque no noticiário dos últimos dois dias e veio na sequência de posicionamentos de Bolsonaro, que pediu explicações para o setor de supermercados e que estes reduzissem suas margens de lucros.

A ação tanto do presidente como da Justiça tentam tirar do governo o custo em termos de popularidade da alta da inflação de alimentos. Esses produtos têm peso maior no orçamento da grande maioria das famílias brasileiras, em especial as mais pobres. Nesse contexto, o ofício da Economia acaba sendo um contraponto, uma

sinalização de comprometimento com as regras de mercado para formação de preços.

Ao dizer que foi consultado sobre a ação do Ministério da Justiça, Bolsonaro fortaleceu a posição da pasta comandada por André Mendonça. O presidente argumentou que a ação ajudará a entender quem é responsável pelo aumento. “Ao chegar a resposta, pode ser que o errado somos nós, daí o governo toma uma providência”, completou.

No entanto, o presidente repetiu que não vai tabelar preços e que o governo respeitará as regras de mercado, como postula a área econômica. “Não posso tabelar, eu não vou interferir no mercado, tem que valer a lei da oferta e da procura”, garantiu. “A gente sabe que, uma vez interferindo, desaparece [o produto] da prateleira.”

O presidente justificou que o aumento de alguns produtos, como o arroz, está relacionado ao maior poder de compra da população de baixa renda, em razão do pagamento do auxílio emergencial, e do aumento de exportações, com desvalorização do real em relação ao dólar.

“Eu converso sempre com os ministros, com o presidente do Banco Central, para saber o que a gente pode fazer para o dólar não subir tanto. Legalmente, obedecendo as regras de mercado”, afirmou, sem dar detalhes de que medidas estuda sobre o câmbio.

Na transmissão, o presidente também afirmou que não irá prorrogar o auxílio emergencial pago em função da pandemia para o ano que vem e disse que as pessoas que reclamam da redução do benefício, que passará de R\$ 600 para R\$ 300, deveriam abrir mão do valor. “Quem está reclamando poderia não pegar [o auxílio]”, afirmou. “Tem que pedir o auxílio para quem mandou você ficar em casa [durante a pandemia].”

Perspectivas para o teto de gastos dividem economistas

Carlos Kawall, ex-secretário do Tesouro, e Manoel Pires, ex-secretário da SPE, debatem futuro do teto de gastos em Live do Valor

Por Hugo Passarelli e Mariana Ribeiro — De São Paulo e Brasília

11/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Carlos Kawall, ex-secretário do Tesouro, e Manoel Pires, ex-secretário da SPE, debatem futuro do teto de gastos — Foto: Silvia Zamboni/Valor

As perspectivas para a manutenção do teto de gastos públicos em 2021 dividiram economistas durante Live do **Valor** realizada ontem. Para Carlos Kawall, ex-

secretário do Tesouro Nacional, existe um alinhamento político e uma “institucionalidade robusta” que dão otimismo em relação à continuidade do mecanismo nos próximos dois anos. Já para Manoel Pires, ex-secretário de Política Econômica do antigo Ministério da Fazenda, é difícil enxergar um conjunto de reformas que consiga sustentar a regra.

“Há instrumentos que podem ser até melhores do que o teto, mas não podemos no meio de uma crise trocar a regra por uma coisa pior”, disse Kawall, também diretor de pesquisa econômica do ASA Investments. Ele reforçou ser importante avançar no acionamento de “gatilhos” do teto por meio do pacto federativo e na reforma administrativa. Um novo programa que crie uma despesa permanente, como o Renda Brasil, está em desacordo com o teto, ele acrescentou.

Segundo Pires, os “gatilhos” do teto podem dar “algum gás” à crise fiscal, mas não são a solução. “Seria uma forma imperfeita de controlar a despesa. Vai ser apenas uma âncora fiscal parcial”, afirmou ele, também pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV).

PUBLICIDADE



Ads by Teads

O risco, afirma Pires, é encontrar uma saída intermediária que atrase uma solução definitiva sobre o teto. “O meu receio é de se fazer a discussão do teto de gastos em plena corrida eleitoral em 2022. A chance é de não sair uma regra boa dessa discussão”, disse. Segundo Pires, o mecanismo tornou-se “extremamente desafiador e restritivo” porque o Brasil não realizou as reformas necessárias após a sua aprovação, no governo de Michel Temer.

O principal desafio para a manutenção do teto de gastos é a mudança na dinâmica dos gastos obrigatórios, afirmou Kawall. Para o economista, a sociedade terá que resolver se favorece o teto e muda “gastos mal focados e privilégios que estão na Constituição”; se abandona a regra fiscal e “entra em crise”; ou se aumenta a carga tributária.

Para Kawall, a discussão sobre a reforma administrativa não se esgota na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) enviada pelo governo. “Esse movimento que foi iniciado agora pode se desdobrar em outras iniciativas que tenham mais efeito no curto prazo”, destacou. O Congresso e sociedade podem, agora, buscar “uma equação melhor e que crie uma menor distância entre o cidadão e o ‘super cidadão’”, disse, se referindo aos servidores.

O economista do ASA Investments defendeu ainda que, mantendo o teto no ano que vem, o país terá juros baixos, dólar alto e inflação baixa. “Isso nos ajudará a recuperar a economia”, afirmou, acrescentando não ser “a manutenção de um gasto elevado que nos fará crescer”.

Na avaliação de Pires, é necessário iniciar o desmonte dos gastos extraordinários gerados pela pandemia. “Em 2021, ideal é, dado que temos dívida elevada, tirar parte dos estímulos para mostrar que os gastos realizados durante a pandemia foram temporários”, afirmou.

Segundo ele, no entanto, esse processo não pode ser abrupto para não desamparar consumidores e empresas, que ainda estarão sentindo os efeitos da crise sanitária. “A retirada abrupta de estímulo é risco em meio à continuidade da pandemia”, disse, destacando que esse é o cenário ainda previsto na lei orçamentária para o ano que vem.

Pelo modelo defendido por Pires, o governo conseguiria minimizar, ao mesmo tempo, os riscos de crise fiscal e de queda da atividade. “O que parte dos analistas está discutindo é tirar esses estímulos de forma gradual, como tem sido feito com o auxílio emergencial”, disse.

Segundo Kawall, é equivocada a visão de que o nível de investimento público é menor devido ao teto de gastos. “Sem teto, o investimento teria ido a zero.” Ele

Questão fiscal será decisiva para rating brasileiro em 2021, diz Fitch

Abandono da âncora fiscal pode levar a rebaixamento de rating do país

Por **Álvaro Campos e Sérgio Tauhata** — De São Paulo

11/09/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas





Shelly Shetty, da Fitch: "Vamos monitorar pressões sobre o teto de gastos" — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

A questão fiscal - em especial o destino do teto de gastos - será decisiva para o rating brasileiro em 2021, sinalizou a diretora-gerente de ratings soberanos para as Américas da Fitch, Shelly Shetty. Durante evento on-line realizado pela agência de classificação de risco, a executiva apontou fortes pressões para um aumento de despesas pelo governo no ano que vem e riscos de abandono da principal âncora fiscal do país.

"Vamos continuar a monitorar as discussões envolvendo o Congresso sobre consolidação dos programas sociais e a introdução de uma renda básica, além do grau em que tais iniciativas pressionam o teto de gastos", disse em resposta ao **Valor** a diretora-gerente de ratings soberanos.

Segundo Shelly, no ano que vem as pressões sobre o teto de gastos vão aumentar e será mais difícil a manutenção da regra fiscal. "A percepção é que fica um pouco mais difícil para o Brasil cumprir a regra do teto em 2021", afirmou a executiva. A Fitch colocou o país em perspectiva negativa em maio.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

A diretora citou três fatores que vão pressionar mais do que em anos anteriores. De acordo com Shelly, a inflação baixa comprime o gasto público, porque a norma limita a alta à inflação do período anterior. Um segundo ponto diz respeito à

redução de despesas discricionárias. Para a analista, “os gastos discricionários já foram cortados no osso”, e praticamente não sobra espaço a mais reduções.

Uma terceira fonte de pressão vem dos estímulos relacionados à pandemia. A diretora da Fitch chamou a atenção para a discussão de tornar permanente o auxílio emergencial, o que elevaria as despesas do governo. “Há rumores de se tornar permanente o ‘coronavoucher’ em uma renda básica”, ponderou. Ainda que o Orçamento de 2021 tenha sinalizado que o teto de gastos será mantido, a executiva lembrou que as discussões sobre o programa ainda estão pendentes.

“Do ponto de vista de rating, temos de olhar esse debate mais de perto e a possibilidade de o país decidir abandonar o teto, que é uma importante âncora fiscal”, afirmou. Shelly, contudo, ressaltou haver cenários no qual o teto não seja abandonado e sim tenha algum tipo de flexibilização, com retirada de alguns gastos da norma. “Nesse caso, teremos de avaliar que tipo de flexibilidade foi adotada. Qualquer mudança no teto de gastos tem de ser feita de uma maneira que tenha credibilidade.”

Sobre as propostas de reforma tributária e administrativa, Shelly comentou que o envio pelo governo é um bom sinal de engajamento com o Congresso. No caso da reforma administrativa, o objetivo é lidar com uma linha de despesas cara e rígida, além de melhorar a eficiência do setor público.

“Entretanto, ainda é muito cedo para avaliar se a reforma será alterada, diluída ou mesmo aprovada pelo Congresso este ano. Assim, teremos de esperar para ver as economias que ela trará e se elas serão suficientes para aliviar significativamente a pressão sobre o teto de gastos”.

Shelly lembrou ainda que nos próximos anos a região entra em novo ciclo eleitoral. “Em 2021 e 2022, novos ciclos eleitorais vão reduzir a capacidade de aprovar reformas para consolidar as contas fiscais”, afirmou. Nesse sentido, a janela de aprovação de reformas no Brasil começa a se fechar a partir da metade do ano que vem.

Uso de fundos é rejeitada por secretários de Fazenda

Governo insiste na proposta de utilizar recursos de seis fundos que já existem para dar suporte financeiro aos Estados

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

11/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O governo insistiu ontem na proposta de utilizar recursos de seis fundos que já existem para dar suporte financeiro aos Estados nos primeiros anos após a aprovação da reforma tributária. O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, apresentou simulações sobre os valores nos próximos anos. O Ministério da Economia sugeriu ainda entregar a gestão dos fundos aos entes subnacionais.

São três fundos constitucionais: do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). E três fundos de desenvolvimento: da Amazônia (FDA), do Nordeste (FDNE) e do Centro-Oeste (FDCO). Todos financiam empreendimentos nas regiões beneficiadas. O governo federal entende que é possível melhorar a governança deles para lhes dar mais efetividade.

Os secretários estaduais de Fazenda, porém, não aceitam essa proposta. Entendem que esse é um dinheiro que já está destinado aos Estados.



Em vez disso, querem que o governo federal utilize sua parte no novo tributo sobre consumo, a ser formado pela fusão do PIS-Cofins, IPI, ICMS e ISS. Seriam R\$ 485 bilhões em dez anos, para criar um novo fundo de desenvolvimento regional e um fundo de estímulo às exportações. O ministro da Economia, Paulo Guedes, já avisou que não tem esse dinheiro.

Uma nova reunião foi marcada para a próxima semana, com poucas chances de romper o impasse. Nos bastidores, os Estados avaliam que a disputa sobre a criação dos fundos só será destravada no Congresso Nacional.

Na semana passada, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) esteve em Recife, acompanhado do relator da reforma tributária, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), para uma reunião com secretários de Fazenda da região. Ao final, se disse favorável à proposta dos Estados.

Guedes afirmou que o atendimento ao pedido dos secretários estaduais poderia desestabilizar as finanças da União.

O governo tem sinalizado com outras fontes de receita para os fundos, como os royalties do petróleo. Os Estados consideram que os royalties são uma receita muito instável.

Guedes contou em uma live promovida pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) que a criação dos fundos foi o motivo de seu mais recente desentendimento com Rodrigo Maia.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Compre sua Sprinter e pague em 36x
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO



Por **Claudia Safatle**

Trabalhou na "Gazeta Mercantil" por 18 anos, foi repórter es... [ver mais](#)

Volta o risco de insolvência do Estado

Democracia está madura para buscar novo arranjo fiscal

11/09/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Não é possível voltar ao período pré-pandemia, quando praticamente havia se afastado o risco de insolvência do Estado e estava colocada, na agenda da economia brasileira, a questão da produtividade e do crescimento. Estamos, novamente, sob o risco de insolvência.

O déficit primário consolidado do setor público, que era estimado em cerca de 1,5% do PIB para este ano, antes da pandemia, pulou para 13,4% do PIB, e a dívida bruta como proporção do PIB, que era de 80% com tendência de queda, subiu para 95,9%. O PIB, este ano, cresceria 2,2% e agora projeta-se contração de 5,4%, segundo dados do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV). Esse era o Brasil em fevereiro deste ano confrontado com o período da pandemia.

Democracia está madura para buscar novo arranjo fiscal



A necessária ação do Estado para socorrer empresas e famílias no auge da covid-19 afetou substancialmente os indicadores de solvência pública, que no início do ano caminhavam para sair do radar das grandes preocupações do país.

As contas públicas inspiravam cuidados, mas “o medo da insolvência já não assombrava tanto os analistas.” Assim Luiz Guilherme Schymura, diretor do Ibre/FGV, descreve a situação da conjuntura antes e depois da pandemia, na carta que circula hoje.

A abrupta parada da economia levou o governo a formular às pressas gigantescos pacotes de ajuda às famílias e empresas. As cinco parcelas do auxílio emergencial desembolsadas para cerca de 65 milhões de brasileiros custaram R\$ 254 bilhões, cifra que equivale à 3,6% do PIB e não considera a prorrogação do benefício com um valor menor, de R\$ 300, até dezembro.

O conjunto das medidas de socorro com a redução da jornada e dos salários e a suspensão temporária do contrato de trabalho, além dos suportes ao crédito resulta em uma cifra astronômica, algo entre R\$ 800 bilhões e R\$ 1 trilhão.

O país tem pela frente uma difícil equação: “Terá de priorizar novamente o desafio de ancorar a solvência pública, sem perder de vista a situação dos mais vulneráveis, ao mesmo tempo em que cria as condições para uma retomada rápida da economia”, enumera Schymura.

Essa não é uma “composição fácil”, reconhece, mas, como vem salientando em cartas anteriores, ele acredita que “a democracia brasileira já atingiu um grau de amadurecimento que permite a construção de um arranjo institucional sociopolítico mais sofisticado”, que atenda a demanda por mais crescimento e menos desigualdade sem ferir o processo de saneamento das finanças públicas.

Além de um amplo programa de transferência de renda, ele advoga na carta mensal do Ibre uma ação bem focada do Estado, destinada à conclusão de obras paradas, para dar impulso à economia. Garante que sua proposta nada tem a ver com o embate no governo entre Paulo Guedes e Rogério Marinho, em torno de um vigoroso plano de investimentos públicos.

O foco seria em projetos já iniciados e paralisados por falta de recursos, com boa taxa de retorno e que não há como serem repassados à iniciativa privada em um prazo razoável, pelo excesso de burocracia do setor público.

A covid-19 colocou luz sobre milhões de brasileiros que não constavam de nenhum programa assistencial do governo. Tal movimentação, diz a carta, “despertou o sistema político para o drama da pobreza e da desigualdade”. O Renda Brasil, um programa de renda mínima, começou a ser discutido no governo e no Congresso.

É preciso, porém, um sistema institucional que dê aos agentes econômicos a garantia de que não há risco de insolvência do setor público. A Lei do Teto de Gastos vem cumprindo esse papel, mas sabe-se que não será por muito tempo. É crucial, portanto, criar um mecanismo que substitua o teto de gastos como âncora fiscal.

Nesse caso, caberá ao Ministério da Economia o papel de defensor do teto. Na hora que o ministro Paulo Guedes ventilar a possibilidade de furar o teto, a regra morre. Por isso, “ele se manterá firme até que um dispositivo seguro surja, a partir de uma construção política para substituir o teto”. Entre as soluções que vêm sendo discutidas, há a combinação de “furos” no teto com “furos no piso”. O rebaixamento no piso poderá ser, como vem propondo a equipe econômica, a desvinculação e a desindexação de despesas públicas. Já os furos no teto deveriam, segundo Schymura, acomodar a reformulação da política social e alguma retomada do investimento público.

“Não há dúvida de que a situação fiscal é crítica, até temerária”, ressalta ele, que reconhece: “Aumentar gastos na atual conjuntura pode parecer insano”. Razão pela qual teria que haver uma bem construída narrativa.

Correndo na frente

A BR Distribuidora foi incluída no FTSE4Good Index Series, um dos mais importantes índices internacionais composto por companhias de capital aberto comprometidas com questões ambientais, sociais e de governança corporativa. Esse índice de sustentabilidade foi criado pela FTSE (Financial Times Stock Exchange) Russell, uma divisão da bolsa de valores de Londres.

A BR, privatizada no ano passado, havia sido incluída, também, no fim de 2019 no ISE B3 (Índice de Sustentabilidade Empresarial da bolsa de valores do Brasil). Ela é a única empresa do seu segmento a integrar essa carteira.

Na avaliação da FTSE são considerados cem indicadores divididos em sete grandes temas: Mudança Climática, Governança Corporativa, Direitos Humanos e Comunidade, Padrões de Trabalho, Cadeia de Valor - Social, Cadeia de Valor - Ambiental e Transparência Tributária. Até agora 55 companhias brasileiras constam no FTSE4Good.

Independentemente do que o governo pensa ou faz na área sócio ambiental, as empresas brasileiras estão correndo na frente para se adequarem ao perfil de sustentabilidade exigido pelos investidores internacionais.

Claudia Safatle é diretora adjunta de Redação e escreve às sextas-feiras
E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só em abril!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Problemas de zumbido ? Nova descoberta deixa pesquisadores de boca aberta

TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

O agronegócio fala, a Mercedes-Benz ouve.

MERCEDES-BENZ CAMINHÕES